



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
(ProfEPT)**

ANA PAULA ARAÚJO MARTINS

**PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT PRESENTES NA
CULTURA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO IFG – CAMPUS
ITUMBIARA**

Morrinhos
2019

ANA PAULA ARAÚJO MARTINS

**PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT PRESENTES NA
CULTURA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO IFG –
CAMPUS ITUMBIARA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – nível Mestrado Profissional do Instituto Federal Goiano para obtenção do Título de Mestre.

Linha de pesquisa: Gestão e organização dos espaços pedagógicos em EPT.

Orientador: Marco Antônio de Carvalho

Morrinhos
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

M386p Martins, Ana Paula Araújo.

Princípios Norteadores da EPT presentes na cultura escolar: um estudo de caso no IFG - Campus Itumbiara. / Ana Paula Araújo Martins. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

135 f. : il.

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2019.

1. Princípios norteadores da EPT. 2. Cultura escolar. 3. Formação escolar.
I. Carvalho, Marco Antônio de. III. Instituto Federal Goiano. IV. Título.

CDU 331.363:008

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Poliana Ribeiro, CRB1/3346



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

<input type="checkbox"/> Tese	<input type="checkbox"/> Artigo Científico
<input checked="" type="checkbox"/> Dissertação	<input type="checkbox"/> Capítulo de Livro
<input type="checkbox"/> Monografia – Especialização	<input type="checkbox"/> Livro
<input type="checkbox"/> TCC - Graduação	<input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento
<input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: "Cartilha da EPT" e Vídeo: "Experiências do IFGoiano na implantação do currículo integrado".	

Nome Completo do Autor: Ana Paula Araújo Martins

Matrícula: 20172043310020

Título do Trabalho: Princípios Norteadores da EPT Presentes na Cultura Escolar: um estudo de caso no IFG – Campus Itumbiara

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____ Informe a

data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 07/11/2019

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos, 05/11/2019.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

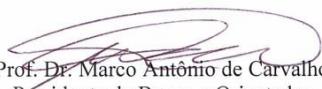
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT PRESENTES NA
CULTURA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO IFG –
CAMPUS ITUMBIARA

Autora: Ana Paula Araújo Martins
Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

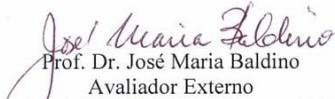
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO em 05 de setembro de 2019.


Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. Leigh Maria de Souza
Avaliadora Externa
Instituto Federal Goiano - Reitoria


Prof. Dr. José Maria Baldino
Avaliador Externo
Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CARTILHA DA EPT E VÍDEO: “Experiências do IF Goiano na
implantação do Currículo Integrado”

Autora: Ana Paula Araújo Martins
Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO em 05 de setembro de 2019.



Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos



Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos



Prof.ª Dr.ª Leigh Maria de Souza
Avaliadora Externa
Instituto Federal Goiano - Reitoria



Prof. Dr. José Maria Baldino
Avaliador Externo
Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica (ProfEPT)**

BANCA EXAMINADORA

Estudante(a): Ana Paula Araújo Martins

Orientador(a): Marco Antônio de Carvalho

Membros:

1. Marco Antônio de Carvalho

2. José Carlos Moreira

3. José Maria Baldino

Suplentes:

1. Cristiane Maria Ribeiro

2. Leigh Maria de Souza

Data: 05 09 2019

Dedico este trabalho...
À minha mãe Virgínia Maria, professora da educação infantil, quem me ensinou as primeiras letras, ainda no aconchego do lar e ao meu pai Élcio Martins (in memoriam) quem sempre me incentivou grandemente à busca pelos estudos.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho agradeço ao Divino Criador por toda a inspiração e proteção concedidas no decorrer desta caminhada.

Agradeço meu orientador Prof^o. Dr^o. Marco Antônio de Carvalho, que acreditou na construção desta pesquisa me apoiando e me estimulando a conquistar sempre melhores resultados.

Agradeço aos meus familiares, que compreenderam minhas ausências, mas estiveram ao meu lado acreditando na realização deste propósito.

Agradeço à Coordenadora do ProfEPT, Prof^a. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago, que se dedicou integralmente para que este Programa de Mestrado se tornasse realidade para nós estudantes/trabalhadores.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof^o. Dr. José Carlos Moreira, quem me despertou ainda mais o interesse pelas bases da EPT e acreditar nas primeiras possibilidades da realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de turma, em especial as minhas amigas de Ceres-GO, Clécia e Flávia que tornaram os nossos dias de aula tão inesquecíveis.

À minha companheira de viagem, de estudos, com quem compartilhei toda esta trajetória, minha amiga Roberta, todo meu agradecimento por dividir comigo esta jornada.

Aos gestores do IFG – *Campus* Itumbiara, Aline Silva Barroso e Jucélio Araújo, por apoiarem o desenvolvimento desta pesquisa na instituição.

As minhas colegas de trabalho, Ana Flávia, Patrícia e Elizabete, pelo inestimável apoio em todos os momentos, nas dificuldades e alegrias advindas deste processo.

A todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, entrevistados, colaboradores, fica meu sincero agradecimento.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO	5
1.1 Retrospectiva Histórica da EPT no Brasil.....	5
1.2 Ensino médio integrado: documentos legais e concepções	11
1.3 Cultura escolar e habitus.....	22
CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.1 Metodologia Adotada	28
2.2 Objetivos	31
2.2.1 Objetivo Geral	31
2.2.2 Objetivos Específicos.....	31
2.3 Sujeitos da Pesquisa.....	31
2.4 Lócus da Pesquisa.....	36
2.5 Análise de Dados Coletados.....	38
2.6 Desenvolvimento do Produto Educacional.....	39
CAPÍTULO 3 DISCUSSÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
3.1 Apreciação da cultura escolar no IFG – Campus Itumbiara	44
3.2 Habitus, uma análise dos comportamentos e formas de pensar dos servidores do IFG – Campus Itumbiara	53
3.3 Campo, espaço de construção das práticas em EPT no IFG- Campus Itumbiara	58
CAPÍTULO 04 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
CAPÍTULO 05 PRODUTO EDUCACIONAL	69
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS	84
APÊNDICES	107

SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EAFs	Escolas Agrícolas Federais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IFA	Instituto Francisco de Assis
IFETs	Instituições Federais de Educação Tecnológica
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFGOIANO	Instituto Federal Goiano

IFs	-Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	-Lei de Diretrizes e Bases
MEC	-Ministério da Educação e Cultura
PCNs	-Parâmetros Curriculares Nacionais
PROEP	-Programa de Expansão da Educação Profissional
SETEC	-Secretaria de Educação Tecnológica
TCLE	-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMO

O presente estudo se propôs a conhecer a cultura escolar do Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara, por meio de um estudo de caso, identificando os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes nesta cultura, comparando a percepção dos servidores técnicos administrativos e docentes que ingressaram na instituição em sua fase de implantação (primeiros 05 anos) e dos que ingressaram pós-fase de implantação, anos seguintes. Uma amostra em que 10 servidores foram entrevistados e a partir das análises dessas entrevistas, utilizou-se das categorias de cultura escolar, *habitus* e campo para identificar o conhecimento das bases conceituais e leis que regem a EPT nas concepções e práticas de trabalho dos pesquisados. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam neste campus, nos possibilitou analisar se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa identificou que os documentos regulatórios e bases conceituais da EPT ainda são pouco conhecidos pelos servidores, o que apontou para a necessidade da implantação de uma política de formação continuada em EPT. Para contribuir com este processo de formação foi desenvolvido um produto educacional em forma de cartilha da EPT e promovida uma Roda de Conversa com a temática da Integração com o objetivo de promover a formação em EPT.

Palavras chave: Princípios Norteadores da EPT. Cultura Escolar. Formação Continuada em EPT.

ABSTRACT

The current study is intend to know the culture of school of Goiás Federal Institute (IFG) – Itumbiara Campus. Through a case study which identifies the guiding principles of Professional and Technological Education (EPT) culture. It also compares the perception of the technical-administrative civil servants and teachers that have joined in its implementation phase (first five years) to the ones that have joined post-implementation phase (subsequent years). A sample in which ten civil servants were interviewed and based on these analyses, it took hold of school culture, *habitus* and field categories to identify conceptual bases knowledge and the laws that govern EPT in its conception and practice in the work of people interviewed. As school culture is specific in each institution it makes necessary to understand how the EPT guiding principles take place in this campus, which has allowed us to analyze the behaviors, rites and pedagogical practices that culminate in the fulfillment of IFG – Itumbiara campus mission, whereas a Federal Professional and Technological Education Institute Network. The research has identified that regulation documents and conceptual bases of EPT are still little known by the civil servants, which has pointed the need to implement a continuing education policy for EPT. To contribute to this process it has developed an educational booklet on EPT and it has been promoted a Conversation Circle on Integration in order to foster the formation in EPT.

Keywords: Guiding principles of Professional and Technological Education (EPT). School Culture. Continuing Education in EPT.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está pautada nos seguintes princípios norteadores: da formação humana e formação para o trabalho (trabalho como princípio educativo), numa concepção integradora, unitária, politécnica e *omnilateral*.

Os saberes docentes em EPT devem estruturar-se não somente na formação técnica, mas também na formação humana, para Ramos (2014, p.79) a educação profissional se constitui no processo pelo qual os trabalhadores são formados para produzirem sua existência por meio do seu trabalho, o qual se volta para a produção de bens e serviços necessários socialmente, sendo assim a discussão do currículo integrado é profundamente política, pois pretende interferir nos fundamentos e no sentido da educação dos trabalhadores.

Neste trabalho foram utilizados os parâmetros da educação profissional, ofertada pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil existem outros modelos de educação profissional, contudo o recorte utilizado foi da concepção das instituições federais de ensino, já que a pesquisa foi realizada numa dessas instituições.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os conhecimentos sobre os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. Como objetivos secundários, comparar a presença destes princípios norteadores entre os servidores, docentes e técnico-administrativos que ingressaram na fase de implantação do campus, primeiros cinco anos, de setembro de 2008 a setembro de 2013 e daqueles que ingressaram na fase pós-implantação de outubro de 2013 à março de 2019 e assim desenvolver um produto educacional baseado nos resultados encontrados no estudo, que pudesse contribuir com a minimização de lacunas de entendimento do que é EPT entre os dois grupos analisados na pesquisa.

O referido campus oferta três cursos na modalidade técnico integrado ao ensino médio, sendo Eletrotécnica, Química e Agroindústria na modalidade EJA, e um curso técnico na modalidade subsequente em Eletrotécnica, três cursos na

modalidade ensino superior sendo, bacharelado em Engenharia Elétrica e Engenharia de Controle e Automação e Licenciatura em Química. O campus Itumbiara foi fundado 2008, fazendo parte da 2ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A relevância da pesquisa pode ser observada ao considerar que os estudos sobre a educação profissional e tecnológica, mesmo sendo abordada por vários autores, ainda não possui recortes específicos sobre a prática escolar e relações sociais vivenciadas em sua cultura escolar, dos *habitus* experienciados pelos docentes e técnico-administrativos e o campo em que estas relações se estabelecem, particularmente como estes processos acontecem no IFG – Campus Itumbiara. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam na instituição pesquisada, nos possibilitaria avaliar, se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa poderá contribuir para o Campus Itumbiara, no sentido de avaliar se a cultura escolar caminha para uma proposta de formação unitária, *omnilateral* e integral de seus educandos, sendo necessário identificar ou não a presença destes princípios nas práticas pedagógicas e nas ações institucionais realizadas pelos docentes e técnico-administrativos, comparando essas características presentes entre os comportamentos, saberes, modos de agir e de pensar dos servidores que ingressaram no campus em sua fase de implantação, fase que remete aos primeiros cinco anos do campus e os da fase pós-implantação, período posterior a estes primeiros cinco anos, até a fase de início da pesquisa.

Como técnica-administrativa do IFG – Campus Itumbiara, ocupante do cargo de psicóloga, tendo atuado na área de recursos humanos e área acadêmica do campus, pude perceber nos últimos anos, que os profissionais que atuam na instituição, tanto docentes e técnico-administrativos, ainda não conseguiram estabelecer uma identidade com a missão dos institutos federais, com a concepção de educação profissional e tecnológica, pois quando passam a fazer parte integrante da instituição não recebem uma formação continuada ou treinamento para que possam assimilar a identidade e a cultura institucional, assim vão perpetuando as visões, as

formas de atuar das escolas em que exerciam suas funções como docentes anteriormente ou mesmo daquelas que os formaram.

Identificar os conhecimentos sobre a EPT, presentes nesta cultura escolar, poderá construir para uma identidade mais forte dos servidores da instituição, o que poderia contribuir para uma prática pedagógica mais efetiva, no sentido de conhecer os alunos em sua realidade sociocultural e proporcionar a almejada formação unitária e integral, que só é possível se os servidores estiverem alinhados com os princípios norteadores da EPT. Acredita-se que com o fortalecimento dessa identidade, poderíamos propor ações mais abrangentes para a permanência escolar, êxito escolar e formação integral dos estudantes nos aspectos pedagógicos, sociais e culturais.

Para cumprir este propósito, esta dissertação foi descrita em 05 capítulos, o primeiro se referiu ao referencial teórico utilizado para sua construção, o segundo se ateve aos procedimentos metodológicos, referente ao método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, o capítulo terceiro sobre a análise e discussão dos dados levantados pela pesquisa, o quarto capítulo se referiu as considerações finais e o quinto e último capítulo descreve o desenvolvimento e aplicação do produto educacional.

O referencial teórico utilizado para a pesquisa foi construído por meio de um levantamento bibliográfico, sobre o percurso histórico da EPT no Brasil e pela conceituação de seus princípios norteadores. Como a pesquisa buscou identificar a presença desses princípios na cultura escolar do campus pesquisado foi necessário realizar uma breve análise das categorias cultura, *habitus* e campo.

A metodologia utilizada na pesquisa foi descrita detalhadamente no capítulo 02, explicitando o tipo de pesquisa realizado, lócus da pesquisa, amostragem e riscos e benefícios da pesquisa. Também foi descrito o procedimento metodológico para a construção e desenvolvimento do produto educacional.

No capítulo 03 foram realizadas as análises e discussões dos resultados encontrados na pesquisa, para cumprir este propósito, os dados coletados por meio das entrevistas realizadas na pesquisa, foram analisados dentro das categorias de cultura escolar, *habitus* e campo.

No capítulo 04 foram feitas as considerações finais da pesquisa, relacionando os dados encontrados com o problema da pesquisa e propondo a construção de um produto educacional que pudesse contribuir com a efetivação da EPT enquanto proposta educacional, considerando a cultura escolar da instituição pesquisada.

O último capítulo trouxe o detalhamento da aplicação e desenvolvimento do produto educacional, que pode ser a elaboração de material didático, ou a produção de um evento, ou seja, algo que possa contribuir com o trabalho docente daqueles que estão envolvidos com o tema da pesquisa. O produto educacional, bem como a dissertação do trabalho final fazem parte do programa de mestrado profissional ProfEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica).

CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Retrospectiva Histórica da EPT no Brasil

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é marcada por seu caráter assistencialista, segundo Moura (2007, p.06) esta lógica foi originada da sociedade escravocrata dependente da coroa portuguesa, tendo passado por mais de 200 anos nas mãos dos jesuítas, que além de serem os responsáveis pela educação no Brasil, eram também responsáveis pela educação profissional, no que se referia ao trabalho de catequização dos índios. Posteriormente passou pelo domínio holandês e recebeu também a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando uma enorme diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história do país.

Os primeiros registros relacionados a esta modalidade de ensino, de uma forma sistematizada, surgiram à partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 – Parecer nº 16/1999 – CEB/CNE). Ao longo do século XIX foram criadas várias instituições de natureza privada, destinadas ao ensino das primeiras letras e formação em ofícios. Estas eram destinadas aos filhos dos mais pobres, órfãos e crianças abandonadas.

Segundo Ramos (2014, p.24) a educação básica e profissional no Brasil sempre foi marcada pela dualidade. De um lado uma educação propedêutica, para os filhos dos mais ricos, destinada a formar as elites para se tornarem os futuros dirigentes. De outro lado uma formação profissional para os filhos dos mais pobres. Esta perspectiva assistencialista, com o objetivo de amparar os chamados “desvalidos da sorte”, como nos diz Moura (2007, p.06) e dar à estes condições para que saíssem da condição social que feria a ordem dos costumes da época.

Já no início do século XX, o poder público assume uma preocupação além da abordagem assistencialista, passando agora a se preocupar em formar operários para o exercício profissional no emergente segmento industrial brasileiro. Nessa direção, de acordo com Ramos (2014, p.25) o então presidente da época - Nilo Peçanha - criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas aos filhos dos mais pobres, instalando dezenove unidades nas capitais de várias Federações.

Nas décadas de 1930 e 1940, de acordo com Moura (2007, p.07) o país passava por grandes transformações políticas e econômicas, a antiga oligarquia cafeeira dava lugar à nova burguesia industrial, esse processo de industrialização clamava pela modernização do setor industrial, exigindo das forças dirigentes um empenho na formação educacional que atendesse as novas demandas de produção. Assim, em resposta a estas necessidades do setor industrial são promulgados diversos Decretos-Leis, a fim de normatizar a educação nacional.

Estes decretos ficaram conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional – também conhecida como Reforma Capanema, em função do nome do ministro da educação da época, Gustavo Capanema. Os principais decretos foram os seguintes: Decreto nº. 4.244/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.14119/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº. 9.613/1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

À mesma época foi também promulgado o Decreto-Lei nº. 4.048/1942 que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que propunha a preparação do trabalhador, desde então a própria manutenção e a sobrevivência dos postos de trabalho passa a depender deste trabalhador. Assim, ele deve buscar, às suas custas, a qualificação que mantém suas condições de permanência no mundo do trabalho. Tal retórica tem como propósito transferir do Estado para o cidadão a atribuição de fomentar essa formação técnica do trabalhador, conforme modelo implementado ainda na década de 1940, inicialmente pelo segmento industrial paulista, o que, mais tarde, deu origem ao que hoje conhecemos como Sistema “S”.

Esse período configurava um novo projeto de desenvolvimento nacional, que ansiava pela organização do ensino profissional no país e evidenciava a importância da educação como um todo. Entretanto, a dualidade se reafirmava, pois o acesso ao nível superior era por meio do processo seletivo “vestibular”, em que era exigido do aluno o domínio dos conteúdos gerais, humanidades, ciências e das letras, tidos como conhecimentos válidos para a formação da classe dirigente, conforme nos diz Kuenzer (1997, apud Moura, 2007).

Nessa perspectiva, para Moura (2007, p. 09) após a Reforma Capanema, a educação brasileira fica estruturada em dois níveis, a educação básica e a superior. Sendo a educação básica dividida em duas etapas: o curso primário e o curso secundário, sendo este subdividido em ginásial e científico. A modalidade profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Apesar de terem o mesmo tempo de duração, não habilitavam os alunos para o ingresso ao ensino superior, pois não ofertavam os conteúdos exigidos pelos vestibulares, pois os conteúdos ensinados nos cursos profissionalizantes não privilegiavam os conteúdos gerais, e sim a formação técnica.

Outro momento de bastante relevância no contexto educacional foi o período que antecedeu a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. O projeto de Lei começou a tramitar no Congresso Nacional em 1948, no período de redemocratização do país pós Estado Novo, entretanto a Lei nº. 4.024 (a primeira LDB) só passa a vigorar em 1961. No debate em relação a esta, foram discutidas medidas voltadas para instituição da equivalência entre os cursos propedêuticos e os de formação profissional, visando uma possibilidade de aproximação entre o ramo secundário propedêutico, conhecido na época como colegial e os cursos profissionalizantes de nível médio.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 surge num contexto de conflito de interesses entre os setores populistas e populares que pleiteavam a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário); e equivalência entre ensino médio propedêutico e profissionalizante, com possibilidade de transferência de um para outro. Já os setores vinculados às classes dirigentes reivindicavam a redução da ação da sociedade política sobre a escola, defendiam que a educação fosse ministrada predominantemente pela rede privada. Assim este primeiro documento proporcionou a liberdade de atuação da iniciativa privada no domínio educacional, mas também deu plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível sem a necessidade de exames e provas de conhecimento, visando à equiparação (BRASIL, 1961).

Esta equiparação colocava formalmente um fim na dualidade educacional, contudo os currículos se encarregaram em mantê-la, uma vez que os cursos que

visavam o ingresso ao nível superior, para os filhos das elites, priorizavam os conteúdos cobrados nos processos seletivos que davam acesso ao ensino superior, nestes os alunos aprendiam as ciências, as letras e as artes. Já nos cursos profissionalizantes, estes conteúdos eram suprimidos para atender as necessidades da formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Nos anos 1970, já sob o regime do governo militar, ocorre uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº. 5.692/1971 – Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus - que pretendia estruturar a educação básica de nível médio, sendo profissionalizante para todos. Ou seja, o 2º grau assumiria um caráter de profissionalização obrigatória. Essa compulsoriedade foi de fato polêmica e se restringiu ao âmbito público. As escolas privadas continuavam a ofertar seus currículos propedêuticos, atendendo os interesses das elites (BRASIL, 1971).

Nesse contexto, segundo Ramos (2014, p. 15) a formação da classe trabalhadora, do ponto de vista técnico e ideológico, era um aspecto estratégico para o país. Enquanto as classes populares ansiavam por acesso ao nível superior e reivindicavam o aumento de vagas nesta modalidade, o governo tinha seu projeto de desenvolvimento centrado em uma forma de industrialização subalterna, que demandava por mão-de-obra qualificada, para tanto a formação de técnicos de nível médio vinha de encontro para atender esta necessidade do mercado.

Entretanto, a compulsoriedade empobrecia a formação geral do estudante, que visava apenas à formação profissional técnica e deixava de lado os ensinamentos das ciências, das letras e das artes, sem promover a formação integral dos alunos. Este quadro provocou uma migração dos filhos da classe média das escolas públicas para as privadas, na tentativa de garantir uma formação que permitisse o acesso ao nível superior, através dos processos seletivos da época, como o vestibular.

Nesta direção, dos anseios da classe média em oferecer aos seus filhos um currículo propedêutico, matriculando seus filhos nas escolas particulares, aliado a problemática da compulsoriedade que não conseguiu ser implantada completamente nas redes estaduais, o processo de profissionalização obrigatória foi sendo gradualmente flexibilizado. Inicialmente pelo Parecer nº 76/1975, do Conselho Federal de Educação, seguido da Lei nº 7.044/1982. Segundo Moura (2007, p. 14), o

conjunto dessas modificações operou no sentido de facultar a obrigatoriedade da profissionalização em todo o ensino de 2º grau.

Nesse sentido, a profissionalização obrigatória foi perdendo força no final dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, período em que coincide com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre à entrada em vigor da nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, esse período já quase não mais existia 2º grau profissionalizante no país, com exceção das Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrícolas Federais (EAFs) e alguns poucos sistemas estaduais de ensino. A educação brasileira passa a ser estruturada, na nova LDB, em dois níveis - educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois seguimentos, passando a ser vista como uma modalidade de ensino.

No §2º do Artigo 36 – Seção IV do Capítulo II da LDB– que se refere ao ensino médio, estabelece-se que: “O ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

Já no seu Artigo 40 – Capítulo III está estabelecido que

a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

A redação da nova LDB reforça a ideia de separação do ensino médio e a educação profissional, o que já era proposto pelo Projeto de Lei de iniciativa do poder executivo – governo FHC, conhecido como PL 1603, o conteúdo deste, encontrou grande resistência de variadas correntes políticas, gerando mobilização contrária da comunidade acadêmica, das ETFs, CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), entidades sindicais e grupos de pesquisa em educação e trabalho.

Diante desses posicionamentos de resistência, e da recente promulgação da LDB em dezembro de 1996, o governo federal, por meio do Decreto nº 2.208/1997 enquanto instrumento legal, reimplanta o ensino médio retomando um sentido puramente propedêutico, e os cursos técnicos, obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser ofertados em duas formas. Sendo uma delas, concomitante ao

ensino médio, e a outra na modalidade subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino médio.

Aliado ao Decreto nº 2.208/1997 que estabeleceu as bases da reforma da educação profissional, o governo federal negociou um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de financiar a referida reforma, sendo este financiamento materializado por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional – (PROEP).

Para Moura (2007, p. 17) a função do PROEP era reestruturar a Rede, em relação as suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias para que esta tivesse condições de competir no mercado educacional.

Nesta perspectiva, a Rede Federal e o PROEP estariam sendo mais eficientes e gradativamente o Estado se eximiria do seu financiamento, contudo, como o programa tinha previsão inicial de 05 anos, o orçamento dos IFETs foi reduzindo. Neste sentido, a Portaria nº 646/1997 também veio de encontro para reforçar a separação do ensino médio com a educação profissional, determinando que no máximo 50% das vagas oferecidas pelos IFETs fossem destinadas aos cursos técnicos de nível médio, reduzindo assim a oferta do nível médio no país.

E finalmente o Decreto nº 2.208/97 define três níveis para a EP: básico, técnico e tecnológico. Sendo que no nível tecnológico está integrada a educação superior. O fato da sociedade valorizar o diploma de curso superior fez com que ocorresse uma grande expansão da oferta de cursos superiores em tecnologia no âmbito da iniciativa privada, já que estes têm uma carga horária mínima menor que outros cursos da educação superior, como licenciaturas e bacharelados.

Segundo Ruy Berger (1999, p.04-05), este decreto prescreve que a Educação Profissional seja um ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho, cuja a função é qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolaridade que possuam no momento do seu acesso, desde que habilite para o exercício de profissões quer sejam de nível médio, quer sejam de nível superior e que tenha o papel de atualizar e aprofundar conhecimentos na área das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho.

Após esta breve exposição do percurso histórico da EPT no Brasil, passaremos a exposição e compreensão de seus pressupostos teóricos, analisando suas bases conceituais a luz de seus documentos regulatórios.

1.2 Ensino médio integrado: documentos legais e concepções

Com a revogação do Decreto n. 2.208/1997 e a construção do Decreto n. 5.154/04, que culmina com a produção acadêmico-política, por meio de várias obras, como o livro organizado no ano de 2005 por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, “Ensino Médio Integrado: concepções e contradições”. Alcançou-se um marco histórico na educação profissional no país. Segundo o “Documento Base” /MEC/SETEC, de dezembro de 2007 que versa sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio:

[...] a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia (BRASIL, p.06, 2007).

O referido decreto prevê que uma das formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: integrada. Considerando no seu Art. 2º a Educação Profissional e Técnica, observará as seguintes premissas:

- I- Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.
- II- A centralidade do trabalho como princípio educativo e
- III- A indissociabilidade entre teoria e prática.

Para Ciavatta (2005) o decreto é um estímulo à formação integrada, mas não traz a garantia de sua implantação.

Integrar é tornar íntegro, inteiro, a ideia de formação completa, a formação integrada/ensino médio integrado é de tornar a educação geral inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a separação para o trabalho. O conceito de trabalho como princípio educativo visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. De incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (CIAVATTA, 2005, p.84).

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

Ciavatta (2005, p. 09) entende a educação como capacidade de conhecer e de atuar, de transformar e de ressignificar a realidade, sendo que o dualismo educacional da sociedade brasileira segmenta os currículos, separando a formação geral da formação profissional, cerceando a formação integrada, ainda critica os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) produzidos por especialistas e consultores distanciados das condições concretas da realidade brasileira. Critica também o ensino por competências, e defende o conhecimento e o ato de conhecer mediante a compreensão com conceitos científicos que são organizados na escola na forma de conteúdos, compreendendo os fundamentos teóricos, por meio de uma aprendizagem significativa.

Para a autora a formação integrada exige que se construa as bases do pensamento e da produção da vida, além das práticas da educação profissional e das teorias da educação propedêuticas que preparam para o vestibular. Ciavatta defende a construção da proposta da formação integral, passaremos também as contribuições de Marise Ramos, que discute as possibilidades e desafios do currículo integrado, baseada na concepção materialista dialética de conhecimento.

Segundo Ramos (2007, p.01) a concepção de ensino médio integrado está no sentido de integração, da formação *omnilateral*, indissociabilidade entre educação profissional e tecnológica, para esta autora devemos refletir sobre que tipo de sociedade visamos formar quando educamos, se buscamos uma sociedade que possa incluir e reconhecer a diversidade, que valorize os sujeitos e suas capacidades de produção da vida, que seja justa e integradora, devemos pensar num projeto de educação democrático, que traga a concepção de ensino médio democrático e de educação unitária, politécnica e *omnilateral*.

O conceito de formação *omnilateral* se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho. Para Ramos (2007, p. 05) um projeto de ensino médio no sentido da formação *omnilateral* exige a superação histórica de sua vinculação mediada ou imediata com o mercado de trabalho, necessita ser um projeto que coloque os

educandos como o centro das finalidades desta etapa da educação básica. Nesse sentido, os sujeitos estariam postos como singulares na construção de um projeto de vida que se constrói pelas múltiplas relações sociais na perspectiva da emancipação humana.

Ramos (2007, p.01) também defende a ideia de escola unitária, que visa superar a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual. Para Saviani (2007, p.159) a escola unitária idealizada por Gramsci, corresponderia à fase que hoje no Brasil é definida como a educação básica, especificamente nos níveis fundamental e médio. Este modelo de escola expressa o princípio da educação como direito de todos, pressupondo que todos tenham acesso aos conhecimentos, a cultura e as mediações necessárias para trabalhar e produzir a existência e a riqueza social. A educação integrada se alicerça em dois pilares: escola unitária e politécnica, sendo esta última a educação que compreende a educação básica e profissional.

Politecnia significa uma educação que trata do “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p.140). Nessa perspectiva, para Frigotto; Ciavatta e Ramos, (2005, p. 10) o ensino médio deveria centrar-se nas modalidades que dão base aos processos e técnicas da produção, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas. Nesse sentido o ideário da politecnia visava romper com a dicotomia entre a educação básica e a educação técnica, além de formar para a cidadania. O artigo original é de 2005, mas foi publicado no livro “Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições em 2012 3ª edição, que é a que eu tenho. Por isso a confusão.

O primeiro sentido da Integração é a formação *omnilateral*, segundo Ramos (2007, p.03) esse sentido é filosófico, traz a concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. Integração entre três dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social, sendo o primeiro, o trabalho no seu sentido ontológico, realização humana inerente ao ser e histórico como prática econômica, relacionado ao modo de produção. O segundo, a ciência por meio dos conhecimentos produzidos pela humanidade em processos mediados pelo trabalho, pela ação humana, que se tornaram legitimados socialmente como conhecimentos válidos porque explicam a realidade e possibilitam a

intervenção sobre ela. E o terceiro, a cultura por meio dos valores éticos e estéticos, que orientam a conduta em sociedade.

O ensino médio integrado tem o trabalho como Princípio Educativo, neste princípio o ser humano é produtor de sua realidade, e por este motivo, se apropria dela e pode transformá-la, como nos fala Saviani (1989). Este autor afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação [...] Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo [...] Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 1989, p.1-2).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, afirmadas na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, (inserida) traz no seu artigo 3º que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida nas formas articuladas e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica, assim o documento reforça a possibilidade da integração. Ainda no seu artigo 4º, remete a articulação do Ensino Médio com suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.

E no seu artigo 5º, afirma que os cursos de Educação Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com bases nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

A Resolução nº 06/2012, dita no seu capítulo II, seus princípios norteadores, princípios estes que se identificam aos defendidos pelos autores acima citados, o que nos traz de fato a possibilidade da integração. Podemos ver que estes princípios foram sendo legitimados nos documentos norteadores da Educação Profissional e

Tecnológica ao longo dos últimos anos. E para facilitar a compreensão destes princípios, presentes nos documentos legais, iremos explicitando-os, à medida que estes sejam citados.

No artigo 6º da Resolução nº 06/2012, são tratados os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I- Relação e articulação entre formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III- Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV- Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V- Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI- Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII- Interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII- Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX- Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos sócioprodutivos e suas demandas locais; tanto no meio urbano quanto ao campo;

X- Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI- Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações de campo;

XII- Reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII- Autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV- Flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV- Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sócias, econômicas e ambientais;

XVI- Fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII- Respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 2012, *grifo nosso*).

Podemos observar que nestes documentos estão reafirmados os mesmos princípios trazidos pelos autores citados como referencial teórico e problematizadores de uma nova proposta de ensino médio, capaz de romper com a dualidade histórica do ensino brasileiro e realmente capaz de promover a emancipação dos sujeitos. Neste sentido, podemos reafirmar que os princípios filosóficos da educação integrada estão institucionalizados nos documentos regulatórios que regem a educação profissional no Brasil.

Nos parâmetros legais da Educação Profissional e Tecnológica estão pautados os princípios da formação integrada, neste sentido, a EPT da Rede Federal de ensino está alicerçada nestes princípios norteadores que o estudo objetiva identificar na cultura escolar do campus pesquisado. Os documentos que regem a EPT trazem em sua concepção as bases conceituais descritas aqui, ou seja, existe uma identidade posta, uma identidade estabelecida pelas leis que regulamentam a EPT.

Para Moura (2013) essa integração representa a possibilidade de avanço na caminhada em direção ao EM igualitário para todos.

Em linhas gerais compreende-se que a expansão da rede federal em si é importante e necessária. É a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, o Estado presente para além dos territórios em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a ampliação das possibilidades de muitos brasileiros terem acesso a uma educação reconhecida como sendo de qualidade. Essa presença federal nas regiões mencionadas se justifica porque, atualmente, são poucas as redes estaduais estruturadas de modo a constituírem-se como a via para garantir, com qualidade, esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos Estados a universalização ao EM (MOURA, 2013, p.159).

Passamos agora a falar de outro marco histórico importante para Educação Profissional e Tecnológica, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo estes, instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*. Os Institutos Federais têm como finalidade e características, ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, além de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Os Institutos têm como objetivo, segundo sua lei de criação, em sua seção III – Dos Objetivos dos Institutos Federais, artigo 7º “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

Por todo o exposto, podemos perceber que a ideia a formação integral, também é trazida e colocada como sendo a forma prioritária de se ofertar a educação profissional técnica de nível médio. No documento, “Os Institutos Federais: *Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica*”, Pacheco (2010) nos diz que:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido

histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão a luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2010, p. 10).

Assim, para o autor os Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892 de 30 de dezembro de 2008 têm como objetivo romper as barreiras entre o ensino técnico e o científico, por meio da articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Ainda neste artigo que versa sobre a concepção e missão dos Institutos Federais, de autoria de Pacheco (2010), então secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), o autor reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em constante processo formativo. O referido documento também faz menção ao desenho curricular da educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais, reafirmando que a educação básica, será ofertada, principalmente em currículos de ensino médio integrado à educação de nível médio, ensino técnico em geral, graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia sejam componentes determinantes, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada dos trabalhadores. Nesse sentido, para Pacheco (2010) afirma que a transversalidade e a verticalização são dois aspectos propulsores do projeto curricular da proposta político-pedagógica dessas instituições.

Para Pacheco (2010), a transversalidade é entendida prioritariamente como o diálogo entre a educação e a tecnologia. A tecnologia sendo o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, existindo como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Para o autor, está posto para os Institutos Federais a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor das transformações políticas, econômicas e sociais, imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. Pacheco (2010) esclarece que:

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria

estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações produtivas (PACHECO, 2010, p. 22)

Nesse sentido, analisamos que os documentos reguladores da EPT, assim como os “documentos base”, produzidos, na época da implantação dos Institutos Federais, reafirmam o caráter emancipador da educação integrada, orientando uma política de ensino que vise superar a dualidade entre formação específica e formação geral, que desloque seus objetivos do foco para o mercado de trabalho para a formação humana, contemplando as dimensões, trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Dentro dessa perspectiva da formação integral, o Instituto Federal de Goiás - IFG traz em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), vigência de 2019-2023, que:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais (GOIÁS, 2019, p. 13).

Assim, podemos observar que o princípio da formação integrada, se faz presente na formação (*omnilateral*) dos profissionais cidadãos, para que estejam capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho. Ainda nos objetivos do PDI, encontramos a presença de mais outros princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica), como se pode observar:

- 1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus;**
2. oferecer, conforme as diretrizes institucionais estabelecidas, cursos subsequentes (técnicos) que atendam à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições de educação públicas e com organizações da sociedade civil do mundo do trabalho;
3. ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadoras/es do campo, da cidade e dos povos e comunidades

tradicionais, objetivando tanto a formação quanto a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

4. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas e culturais para as questões levantadas estendendo seus benefícios à comunidade e garantindo autonomia institucional naquilo que diz respeito aos processos de decisão de uso e de difusão dos conhecimentos produzidos;

5. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais;

6. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

7. ministrar em nível de educação superior: a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho; b. cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professoras/es para a educação básica e para a educação profissional, ofertando, no mínimo, 20% de suas vagas por Câmpus, salvo os casos excepcionais analisados e aprovados pelos órgãos colegiados – Concâmpus e Conepex e autorizados pelo Consup; c. cursos de bacharelado, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho e da sociedade e áreas do conhecimento; d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica, sociocultural, de formação docente e de desenvolvimento humano;

8. estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos em todos os Câmpus;

9. efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades;

10. manter constante diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais por meio da institucionalização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, com o objetivo de

formar pessoas aliadas às comunidades no desenvolvimento da ciência e da tecnologia em prol da emancipação social;

11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna.

12. incentivar a preservação do patrimônio sociocultural da região de influência de cada Campus bem como promover o respeito às manifestações culturais;

13. ofertar e facilitar a formação e capacitação contínua das/os servidoras/es;

14. consolidar o Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (CITE) na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, tendo em vista a integração da Instituição no Sistema Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, promovendo maior integração nos Campus;

15. gerir, organizar e fortalecer as ações de parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, integrando as ações relacionadas à inovação e pesquisas tecnológicas, divulgando estas parcerias de forma a fomentar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão nos diversos Campus (GOIÁS, 2019, p. 14-16, grifo nosso).

Para Moura (2013, p. 161) a rápida implantação dos Institutos Federais tirou o foco da discussão em torno de sua função social no contexto da expansão e, principalmente, no significado do Ensino Médio Integrado (EMI) para a sociedade brasileira, centrando-se em questões regimentais de estrutura administrativa das novas instituições, da criação de novas funções de gestão, da construção de novos espaços físicos e reitorias, para que as escolas tivessem condições de iniciar o seu funcionamento.

O referido autor considera que por esse caminho corre-se o risco de negligenciar a construção de novos projetos educacionais bem fundamentados, elaborados democraticamente e em sintonia com a realidade socioeconômica local e regional das comunidades em que seriam implantados. Nesse sentido, a ausência da necessária formação dos professores que estão sendo aprovados nos concursos públicos para ingressar na rede federal, principalmente nas novas unidades, muitos desses, jovens professores, mestres e doutores, recém-formados, mas que não conhecem o campo da educação, uma vez que são bacharéis e mesmo os que são licenciados nas disciplinas da educação básica, não conhecem a EP (Educação Profissional), já que os cursos de licenciatura, em geral, não incluem em seus

currículos estudos sobre o campo de trabalho e educação, tendo estes professores dificuldades para estabelecer integração entre sua disciplina específica, as tecnologias, o trabalho e a cultura (MOURA, 2013, p.161).

Visando a compreensão das categorias de análise que foram utilizadas para a realização desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico resumido sobre as categorias cultura escolar, *habitus* e campo de Bourdieu.

1.3 Cultura escolar e *habitus*

O conceito de cultura escolar é relativamente novo, tendo passado a integrar a pesquisa educacional recentemente, de acordo com Nóvoa (1998) o conceito de “cultura organizacional”, originado no contexto das empresas, foi transposto para a educação na década de 1970, o pressuposto é que mesmo as escolas estando inseridas em contextos socioculturais mais amplos, também produzem sua cultura interna, a qual os exprime valores, representações, expectativas, e as crenças de seus membros.

A cultura escolar se refere aos modos particulares de trabalhar, interagir, de agir e de pensar que orientam as práticas cotidianas e expressam o “modo de ser particular” da escola, ou seja, sua identidade.

A organização e a estrutura das instituições escolares diferem das outras instituições sociais, tendo essas uma estrutura muito peculiar, conforme afirma Nóvoa:

As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (...) que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta (NÓVOA, 1998, p.16).

Viñao Frago concebe a cultura escolar como um conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola, sendo para este autor:

Esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores (VIÑAO FRAGO, 2000, p.100).

A escola tem sua cultura estabelecida, tendo suas ideias, pautas e práticas consolidadas, é uma instituição ímpar, com seus processos particulares, normas, valores, significados, rituais, formas de pensar, e é este conjunto de características que Forquin (1993. p.14) denomina de “Cultura da Escola”.

Em contraposição a este conceito, Forquin apresenta a “Cultura Escolar” como sendo aquele conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos, em que estariam presentes elementos da cultura humana científica ou popular, erudita ou de massas.

Esses elementos estruturais seriam determinantes nos processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola, responsáveis pela instituição daquilo que Forquin (1993, p.15) chama de “mundo social” da escola.

Para Julia (2001, p.14) a cultura escolar, mostra que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é também lugar de “inculcação de comportamentos e de *habitus*”. Para a autora, a cultura escolar representa o conjunto de saberes presentes nas instituições escolares, nos comportamentos, tradições, inovações e das relações sociais vivenciadas pelos membros da comunidade escolar.

Toda instituição escolar tem sua cultura específica, modos de agir dos seus integrantes, ainda que estas mantenham relações de identidade, com instituições da mesma natureza, e nos remetendo aos Institutos Federais, ainda que façam parte de uma Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, cada instituto, em seus respectivos estados e em seus respectivos *campi*, tem sua história, seu momento de implantação, práticas pedagógicas e uma cultura escolar única.

Para compreender o conceito *habitus* utilizaremos a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, o sociólogo desenvolveu o conceito de *habitus*, baseado em seus estudos e observações da vida cotidiana e das interações entre os sujeitos. Para ele o *habitus* vai sendo reafirmado pela sociedade, a qual vai modelando o comportamento dos indivíduos de acordo com o universo social em que estes estão inseridos.

Assim, Bourdieu define *habitus* como:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1994, p.15).

Para Bourdieu (1994), *habitus* pode ser entendido como um conjunto de formas de pensar, assimilar valores, abstrair crenças, construir percepções sobre as formas de se relacionar, adquirir visões de mundo, que os indivíduos desenvolvem para estruturar e regular suas vivências em sociedade.

Nesse sentido, o autor nos traz o conceito de *campo*, como sendo o conjunto dessas práticas. Para Bourdieu campos são

Espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (BOURDIEU 1983, p.89).

Os campos caracterizam-se por espaços sociais, onde se concretizam as ações individuais e coletivas, operando através de uma normatização que é instituída e constantemente transformada por essas próprias ações. Cada campo é estruturado por leis próprias que determinam a entrada, a permanência ou a saída dos agentes sociais que nele estão inseridos. Nesse contexto, a ideia de campo institui-se no momento determinista e objetivista de sua análise, enquanto o *habitus* institui-se no momento subjetivista e genérico.

Para Baldino e Donencio:

A posição ocupada pelos agentes no interior do campo determina uma disposição em função de sua trajetória, ou seja, o *campo* estrutura e reestrutura o *habitus*. Na perspectiva relacional, o campo também pode ser estruturado pela reestruturação do *habitus*. Isso significa que depende do outro, numa relação *campo* – indivíduo *campo* (BALDINO e DONENCIO, 2014, p.266).

Diante das contribuições conceituais de Bourdieu, passamos a considerar a escola como um campo, suas estruturas funcionais, no caso dos Institutos Federais, como seus *campi*, reitorias, secretarias, gerências, e pelos seus agentes, professores,

colaboradores, coordenadores, reitores, entre outros, como agentes, sendo estes todos aqueles que ocupam uma posição neste campo.

Aproximando o conceito de *habitus* às instituições de ensino e suas práticas escolares, trazemos o conceito de *habitus* professoral, “[...] faz parte do conjunto de elementos que estruturam a epistemologia da prática pedagógica do professor em sala de aula e está diretamente relacionada com o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu”. BALDINO e DONENCIO (2014, p.268).

Para Souza (2012, p. 19), o *habitus* professoral é: “[...] um conjunto de valores, crenças, concepções que orientam a prática docente e que refletem as características comuns à educação profissional agrícola”. Nesse sentido, as práticas docentes não podem ser vistas como uma ação inerente ao agente, mas como o resultado da relação entre o *habitus* e uma determinada situação estrutural. Havendo práticas específicas, relacionadas às diferentes realidades das estruturas sociais.

Segundo Souza (2012, p16-17) a cultura docente se aproxima, em seus fatores constituintes e em suas consequências, do *habitus* professoral. Para a autora no contexto da Educação Profissional, o que se constitui como cultura, que é o componente variável que simboliza a corporificação de práticas, de virtudes, de ações que determinam o *habitus* desse grupo.

Os docentes expressaram as representações que possuíam sobre as representações que possuíam sobre o trabalho que realizavam na instituição, muitas vezes associando com a sua trajetória de vida pessoal, escolar e profissional. Eles demonstraram identificar sua atuação profissional ao recorrer às lembranças dos tempos de escolaridade, aos saberes experienciais de rotinas escolares, enfim, às estratégias e soluções vividas no âmbito de seu repertório de *habitus* (SOUZA, 2013, p.176-177).

Nesse sentido, o *habitus* é internalizado nos diferentes espaços de inserção social, segundo Souza (2012, p.181) pode-se intuir que o docente inicia seu processo de formação, muito antes de assumir formalmente a profissão. Os saberes docentes expressam a peculiaridade da educação profissional no contexto do trabalho e aponta para a existência de uma cultura docente estruturada num espaço de atuação profissional carregado de diversidade, fazendo-se entender que o *habitus* professoral tem um papel essencial na atuação docente levando a pesquisadora a apontar que:

O *habitus* professoral da Educação Profissional Agrícola aponta elementos históricos que predominam sobre a estrutura escolar desse tipo de educação e que, ainda hoje, estão presentes no interior da Escola. Esses desdobramentos históricos reforçam a ideia de há uma relação inseparável entre a trajetória histórica da instituição e a cultura da escola. A investigação, também, sinalizou que as mudanças, ocorridas no campo da Educação Profissional Agrícola, não podem ser vistas de forma isolada e que o resgate histórico ajuda na compreensão da escola e do *habitus* professoral (SOUZA, 2013, p. 207).

Para Baldino e Donencio (2014) os professores constituem seu *habitus*, através de seu fazer docente, suas experiências, expectativas, formas de ver o mundo, suas representações. O professor atua em sala de aula influenciado pelas representações internalizadas ao longo de sua experiência de vida e percurso profissional, assim ele vai construindo seu jeito de ser professor.

Partindo desse princípio, pode-se afirmar que a articulação entre as experiências de vida, a trajetória escolar, a formação acadêmica e o exercício da profissão são elementos constitutivos do *habitus* professoral, portanto, significativos para se pensar e reconhecer a prática pedagógica do professor/ da professora (BALDINO e DONENCIO, 2014, p.269).

Nesse sentido, os autores acima citados chamam a atenção para que o *habitus* professoral não caia na mera reprodução das práticas docentes aprendidas e internalizadas pelos códigos de valores, formação familiar, história escolar e acadêmica, e pela influência que ex-professores exercem no modo de ser professor adotado por estes. Desse modo, se faz necessário que os professores reflitam suas práticas pedagógicas, mantenham-se atualizados, invistam na formação continuada e “não percam o encantamento com a profissão” (BALDINO E DONENCIO 2014, p.269).

Com a finalidade de identificar os princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar, nos *habitus* dos seus professores e técnico-administrativos, representados pelas suas crenças e práticas profissionais configurando variados campos no IFG – Campus Itumbiara, utilizou-se o percurso metodológico exposto a seguir. É importante ressaltar que o quadro de servidores dos Institutos Federais é composto por duas categorias profissionais, docentes e técnico-administrativos, neste sentido, estes últimos também constituem a cultura escolar do campus.

CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo descrever o percurso realizado para a construção e efetivação da pesquisa, nesse sentido apresentamos uma breve exposição sobre o tipo de pesquisa abordado, quais instrumentos foram utilizados, quem participou da pesquisa e o tipo de categoria construída para a análise dos dados pesquisados.

A pesquisa partiu de uma análise documental feita a partir do contexto histórico da EPT no Brasil, na qual foram analisados os documentos normativos, como leis e decretos que a normatizam no cenário educacional brasileiro, assim como foram sendo implantadas suas unidades, até a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), que representaram um avanço na efetivação da EPT e se afirmaram enquanto a maior política pública para o desenvolvimento do ensino da educação profissional e tecnológica nos últimos anos.

À medida que os documentos que regulamentam a EPT foram analisados, explicitou-se também seus princípios norteadores. Como modalidade de ensino, a EPT tem suas bases conceituais, as quais definem seus princípios e seu norteamento. Enquanto pesquisadora, pude ir conhecendo estes princípios filosóficos, quando tive a oportunidade de iniciar minhas leituras de preparação para o exame do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), assim também, como quando ingressei no programa e aprofundei minhas leituras, o que me despertou um grande desejo de conhecer mais e levar o conhecimento desses princípios aqueles com quem trabalho.

Este despertar me fez refletir que muitos de nós, trabalhadores da EPT, não conheciam ou pouco conheciam das leis que regem os princípios estruturantes da EPT, tendo aí então surgido meu problema de pesquisa, como já apresentado na introdução desse texto.

Para cumprir com nosso objetivo de investigação, utilizamos como abordagem a pesquisa qualitativa, modalidade estudo de caso; adotando a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados; e

para a análise dos dados obtidos na pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo. Passaremos agora a descrever nosso percurso metodológico.

2.1 Metodologia Adotada

A pesquisa em educação no seu sentido exploratório traz um cunho de busca e investigação para identificar as diferentes formas de percepção, de interpretação, de leitura de mundo e concepções que os sujeitos imersos num contexto escolar possam ter, sentir e ansiar em relação as experiências docentes e o trabalho em uma instituição de ensino. De acordo com Gil (2008, p.27) a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos.

Segundo Chizzotti (2010, p. 79) a pesquisa qualitativa tem sua essência na descrição de fenômenos e atos em dado momento, em dada cultura, na captação de aspectos específicos no contexto em que acontecem.

Dessa forma, visando atender a realização do estudo, a metodologia utilizada na pesquisa foi à abordagem qualitativa. Minayo (2008) descreve que neste tipo de pesquisa o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

Para cumprir esta proposta foi adotada a modalidade estudo de caso, com o objetivo de analisar os princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar da fase de implantação e da fase atual na concepção dos servidores do IFG – Campus Itumbiara.

O estudo de caso foi adotado, uma vez que a pesquisa tinha como objetivo conhecer a cultura escolar e a existência dos princípios estruturantes da EPT presentes nesta cultura, por meio da comparação dos conhecimentos, modos de agir e pensar dos docentes e técnicos administrativos, que ingressaram na fase de implantação, nos primeiros cinco anos da instituição, de setembro de 2008 à setembro de 2012, e daqueles que ingressaram após esta fase até os dias em que a

pesquisa foi aplicada, no IFG- Campus Itumbiara. Nessa lógica, o campus Itumbiara se apresenta, enquanto espaço delimitado institucionalmente, enquanto campo para estudos e descobertas de seu contexto específico e possibilidades de representar diferentes pontos de vista dos seus entrevistados.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986, p.17), vai estudar um único caso. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular.

Para Gil (2008, p. 57-58) estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, já que pode servir a pesquisa, com diferentes propósitos, que vão desde a explorar situações da vida real, cujos limites não estão claramente definidos, para descrever a situação do contexto em que está sendo feita a pesquisa e para explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permite a utilização de levantamentos e experimentos.

Já para Chizzotti (2010, p.102) o estudo de caso, como modalidade de pesquisa, origina-se nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago e, posteriormente, teve seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos e comunidades.

Nessa perspectiva, tem sido adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, podendo ser visto como caso clínico, técnica psicoterapêutica, metodologia didática ou modalidade de pesquisa.

De acordo com Ventura (2007, p.385) o estudo de caso apresenta grande utilidade nas pesquisas exploratórias. Por sua característica de flexibilidade, é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Assim como, também é evidenciada sua relevância em pesquisas comparativas, quando é necessário

compreender os comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes locais ou contextos institucionais.

Visando conhecer mais profundamente sobre o tema, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a construção e desenvolvimento da EPT no Brasil, a partir da sua história, por meio dos seus documentos regulatórios, como leis, decretos e pelas políticas públicas que a promoveram. Os instrumentos de coleta de dados adotados na pesquisa foram à pesquisa bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas, com o intuito de melhor compreender a história e os princípios norteadores da EPT no Brasil, assim como analisar estes princípios presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. Para Lakatos e Marconi “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

A análise dos registros das datas de entrada em exercício dos servidores do IFG – Campus Itumbiara, entre estes docentes e técnicos, foram levantadas nos documentos da Coordenação de Recursos Humanos, buscando aqueles sujeitos que são considerados peças chaves para a implantação do campus e dos que ingressaram pós-implantação.

Para coleta de dados realizamos entrevistas semiestruturadas. De acordo com Marconi & Lakatos (2003, p.195), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Segundo Manzini (1990) a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Já descrita a metodologia adotada na pesquisa, exporemos a seguir os objetivos que a pesquisa visa atender.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

Investigar a presença dos princípios norteadores da EPT existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara.
- Comparar a existência dos princípios norteadores da EPT na cultura escolar da fase de implantação do IFG – Campus Itumbiara, com a cultura escolar atual.
- Desenvolver o produto educacional, baseado na análise do estudo de caso e dos saberes da EPT, presentes na cultura escolar dos profissionais que integram o quadro de servidores.

2.3 Sujeitos da Pesquisa

A amostra possuía 10 sujeitos, entre estes docentes e técnicos administrativos, de um universo de 66 docentes e 49 técnico-administrativos em educação TAE, 05 que estiveram presentes na fase de implantação e 05 que ingressaram pós-fase de implantação. Para a escolha dos participantes foi observada a presença de gestores; técnicos-administrativos que atuam na área de ensino do campus; professores que atuam na área técnica específica; professores que atuam no núcleo comum (disciplinas comuns ao ensino médio) e servidores que já foram alunos da instituição, estes variados perfis de servidores se fizeram presentes nos dois grupos pesquisados.

Para a aprovação da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano), instituição proponente desta pesquisa, que é um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que tem como objetivo defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos., bem como ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (CEP/IFG), enquanto instituição coparticipante, onde a pesquisa seria realizada.

A primeira etapa da avaliação ao CEP é a submissão do projeto na Plataforma Brasil, que se trata de uma plataforma digital, onde o projeto é minuciosamente detalhado, nessa lógica, o comitê avalia os projetos com dados não coletados, a fim de avaliar as questões éticas que envolvem a pesquisa.

Para o início da coleta dos dados o comitê também precisa aprovar todos os termos relacionados, no caso da pesquisa apresentada, o comitê aprovou o roteiro da entrevista, assim como seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que esclarece e garante aos participantes da pesquisa seus direitos, se trata da proteção moral e legal do participante.

Todos os participantes da pesquisa assinaram os termos de consentimento (TCLE) e concederam a entrevista, que com a autorização prévia desses foi gravada.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, 195), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Segundo Manzini (1990) na entrevista semiestruturada o roteiro deve ser organizado com perguntas básicas, de modo a permitir que sejam contempladas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, podendo fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados fiquem mais à vontade.

Como já mencionado, o roteiro da entrevista aplicado foi previamente submetido à avaliação e validação do Comitê de Ética e Pesquisa do IFGoiano e Comitê de Ética e Pesquisa do IFG, nos termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. O projeto da pesquisa foi avaliado pelos dois comitês de ética, pois a pesquisa seria realizada em outra instituição no caso, IFG- Campus Itumbiara (instituição coparticipante), nestes casos, o comitê de ética da instituição proponente encaminha, após sua aprovação, o projeto para também ser avaliado pelo comitê de ética da instituição coparticipante.

Para Triviños (1987, p.152) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que

se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. O foco principal foi colocado pelo pesquisador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Neste sentido, as perguntas da entrevista objetivaram conhecer as percepções e opiniões dos participantes da pesquisa em relação à EPT, como sobre o que os entrevistados conheciam da Rede Federal, de sua missão, proposta de ensino, documentos norteadores e bases conceituais.

Segundo Manzini (1990) o roteiro da entrevista deve ser organizado com perguntas básicas, de modo a permitir que sejam contempladas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, podendo fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados fiquem mais à vontade.

A seleção da amostra, para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi delimitada entre servidores docentes e técnicos administrativos, servidores que foram responsáveis pelo início das atividades de funcionamento do campus, daqueles que foram os primeiros a atuar na área administrativa, gestão e docência, que participaram da fase de implantação (primeiros 5 anos de funcionamento do campus) e dos servidores que ingressaram na instituição após a fase de implantação, até os dias que a pesquisa iniciou sua aplicação.

Os sujeitos participantes da entrevista foram abordados individualmente e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual leram e assinaram, concordando com os termos propostos pelo referido termo. Foi entregue uma cópia ao entrevistado e uma para a pesquisadora arquivar.

Tendo como objetivo geral da pesquisa investigar a presença dos princípios norteadores da EPT existentes na cultura escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara, foi realizado um

levantamento sobre aqueles que foram os responsáveis pelo início das atividades de funcionamento e implantação do campus pesquisado, os primeiros gestores, professores das áreas técnicas, específicas das áreas formativas do campus, como indústria e química, professores do núcleo comum e técnico-administrativos que atuavam na área de ensino.

O outro grupo de servidores a ser comparado foi composto por servidores que ingressaram na instituição após a fase de implantação, à partir dos seus primeiros cinco anos de funcionamento e anos subsequentes. Esta busca foi realizada pela data de entrada em exercício no IFG – Campus Itumbiara, informação obtida junto a Coordenação de Recursos Humanos do campus, no período de setembro de 2009 à fevereiro de 2019. Também foram analisados os currículos lattes dos servidores, para identificar quais seriam os entrevistados, de acordo com seu perfil profissional. O recrutamento/seleção dos participantes foi realizado por meio de contato prévio e no agendamento das entrevistas foram realizados esclarecimentos e prestadas informações sobre a pesquisa, assim como da entrevista a ser realizada.

O perfil dos entrevistados poderá ser melhor compreendido no Quadro 01, à partir da descrição de suas funções, tempo na instituição e titulação.

Quadro 01 perfil dos entrevistados

	Função	Tempo na Instituição	Formação	Titulação
Professor Indústria/Fase de Implantação	Docente	11 anos	Engenharia Elétrica	Doutor
Professor Núcleo Comum/Fase de Implantação	Docente	10 anos	Biologia	Doutor
Professor Gestor/ Fase de Implantação	Docente	11 anos	Engenharia Elétrica	Doutor
Pedagoga/Fase de	Técnico Administrativo/	08 anos	Pedagogia	Mestre

Implantação	Cargo: Pedagoga			
Técnica Administrava/ Fase de Implantação	Técnico Administrativo/ Cargo: Assistente Administrativo	07 anos	Licenciatura em Química	Mestre
Professor Indústria/ Fase Pós-Implantação	Docente	05 anos	Engenharia Elétrica	Doutor
Professor Núcleo Comum/Fase Pós-Implantação	Docente	03 anos	História	Doutor
Professor de Química/Fase Pós-Implantação	Docente	04 anos	Bacharelado em Química	Especialista
Técnico de Laboratório/ Fase Pós-Implantação	Técnico de Laboratório/ Área: Eletrotécnica	01 ano	Engenharia Elétrica	Graduado
Pedagoga/ Fase Pós-Implantação	Técnico-Administrativo/ Cargo: Pedagoga	03 anos	Pedagogia	Especialista

Fonte: A Autora

As entrevistas aconteceram nos meses de abril e maio de 2019, após a aprovação dos Comitês de Ética do IFGoiano e IFG. Por se tratar de um mestrado na modalidade profissional, foram feitos aos participantes esclarecimentos iniciais em relação à pesquisa, características da entrevista, desenvolvimento e aplicação do produto educacional do qual eles participaram. Em relação às pesquisas qualitativas no campo da educação, os riscos envolvidos são mínimos, neste sentido, foi

informado aos participantes que caso houvesse algum desconforto em relação às perguntas da entrevista, eles teriam a liberdade de não respondê-las. Foi solicitada a realização da leitura do TCLE e sua posterior assinatura no campo “aceito participar”, e a seguir foram realizadas as entrevistas em sala reservada, a fim de garantir o sigilo e resguardar as questões éticas envolvidas na pesquisa.

A presente pesquisa por envolver seres humanos, em observância às diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do ministério da Saúde, atendeu aos aspectos éticos abaixo relacionados:

- ✓ Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP) para verificação dos aspectos éticos e legais. Para assegurar a proteção necessária aos participantes envolvidos em pesquisas científicas foi submetido ao comitê proponente e Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Goiás (CEP), comitê coparticipante.
- ✓ Consentimento dos sujeitos pesquisados – realizado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como forma de garantir aos sujeitos pesquisados: esclarecimento dos objetivos e procedimentos da pesquisa, participação voluntária, liberdade de recusa, direito de retirarem o consentimento sem nenhuma penalização, garantia de sigilo, privacidade e preservação das identidades (anonimato) dos participantes.
- ✓ Propriedade dos dados e divulgação dos resultados: o TCLE resguardará ainda ao autor da pesquisa a propriedade e a legalidade da divulgação pública dos resultados.
- ✓ O tempo de guarda dos documentos será de cinco anos, o cuidado e a utilização das informações serão apenas para o cumprimento dos objetivos previstos na pesquisa. O descarte dos documentos digitais será realizado permanentemente por meio da exclusão dos arquivos e os documentos físicos serão picotados em máquina e incinerados.

2.4 Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Goiás (IFG)- Campus Itumbiara. O campus fica localizado à Avenida de Furnas, nº 55, Village Imperial, cidade de Itumbiara – GO, antigo prédio da Fundação de Ensino Superior de Itumbiara (FESIT), primeira instituição de ensino superior do município de Itumbiara

até sua extinção, posteriormente a área foi cedida para instalar o “Tiro de Guerra” no final da década de 1990 e início dos anos 2000, já com a saída da instituição militar o prédio de propriedade do município passou a ser utilizado para sediar a Secretaria Municipal de Educação da cidade, até ser doado ao antigo CEFET- GO, para receber as futuras instalações da unidade de Itumbiara.

Neste sentido, a conformação do espaço físico do IFG – Campus Itumbiara, condiciona a cultura escolar, evidenciando dificuldades para construção da integração de fato. Tendo sua estrutura física, abrigado uma instituição de ensino superior no passado, realça a cultura de aproximação com a universidade. Outra questão que chama a atenção em relação ao espaço físico é divisão entre os blocos, os da construção antiga e os da construção nova, a maneira em que estão expostos e que se dá a distribuição das salas de aula entre os cursos, alocação de laboratórios e núcleos de pesquisa. Esta distribuição também reforça a dificuldade da integração entre as áreas do conhecimento, os cursos de engenharia ficam distanciados dos cursos técnicos integrados, assim como dos núcleos de pesquisa, o que revela que a identidade do lugar ainda não caminha para a proposta da integração.

O campus foi inaugurado em setembro de 2008, fazendo parte da “Expansão da Rede Federal”, em sua Fase II, iniciada no ano de 2007, teve como meta a implantação de mais de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, sendo o município de Itumbiara contemplado com este plano. As primeiras atividades de funcionamento da unidade de Itumbiara, ainda CEFET- GO, foram realizadas no Instituto Francisco de Assis (IFA), escola conveniada da educação básica, localizada no centro da cidade, o CEFET de Itumbiara iniciou suas atividades em três salas de aula cedidas pela direção do IFA, ofertando os cursos técnicos subsequentes de eletrotécnica, automação industrial e Licenciatura em Química.

A instituição foi planejada com o perfil industrial, tendo a finalidade de capacitar mão-de-obra para suprir a demanda desse setor. Possui mais de 600 alunos matriculados em seus cursos, que vão da modalidade técnica à pós-graduação. Seus cursos técnicos estão alinhados nos eixos de Produção Alimentícia e de Controle de Processos Industriais, atualmente oferta os cursos Técnicos Integrado em Eletrotécnica e Química, Integrado em Agroindústria (modalidade EJA), e Técnico Subsequente em Eletrotécnica. Na modalidade superior, os bacharelados em

Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação e Licenciatura em Química. E as pós-graduações em Fontes Renováveis de Energia e Ensino de Ciências e Matemática.

Conta com um quadro de 109 servidores efetivos, sendo 46 técnico-administrativos e 63 docentes, além dos professores substitutos.

Sua estrutura física compreende uma área de mais de 113 mil m², contemplados com salas de aula climatizadas, laboratórios de pesquisa, ampla biblioteca, anfiteatro, sala de videoconferência, laboratórios de informática, laboratórios das áreas específicas, academia de ginástica, quadra poliesportiva, refeitório e área de vivência.

2.5 Análise de Dados Coletados

Em relação à escolha do procedimento de análise de dados, a descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). Nesse sentido, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, as informações em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada.

Para Flick (2013, p. 134) análise de conteúdo tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias. Dessa forma, a análise de conteúdo se vem mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas (Dellagnelo e Silva, 2005).

Para Vergara (2005, p.15) a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema e versa sobre a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado. Para a descodificação dos documentos, o pesquisador pode utilizar vários procedimentos, procurando identificar o mais apropriado para o

material a ser analisado, como análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação, análise de conotações (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

O processo de análise de conteúdos tem início com a escolha de uma unidade de análise. Há dois tipos de unidade: a de registro e a de contexto. Na primeira, selecionam-se segmentos específicos do conteúdo, como, por exemplo, a frequência com que aparece no texto uma palavra, um tópico, um tema, uma expressão, uma personagem ou um determinado item. Em outros casos, será preferível analisar o contexto em que uma unidade dada ocorre.

2.6 Desenvolvimento do Produto Educacional

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *Stricto Sensu* voltada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho (CAPES, 2017).

De acordo com Moreira e Nardi (2009, p.05) o foco desses cursos deve estar na aplicação do conhecimento, e não na sua produção, ou seja, “no desenvolvimento”, na pesquisa aplicada, e não na produção da pesquisa básica. O trabalho final do curso deve estar vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-pesquisador em que este estiver desenvolvendo sua pesquisa, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos.

Segundo Locatelli e Rosa (2015, p. 198) os mestrados profissionais têm como foco o desenvolvimento de produtos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais.

Conforme conceitua Freire, Rocha e Guerrini (2017, p. 380) “Produtos educacionais são ferramentas elaboradas pelos próprios profissionais em formação que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica.”.

Com o propósito de atender tais diretrizes, em particular os objetivos do Programa de Mestrado, ProfEPT, foi desenvolvido um produto educacional que atendesse as demandas e aos apontamentos que surgiram durante a realização da

pesquisa em sua fase de análise de dados e considerações finais. Foi evidenciado por meio das análises e das entrevistas, que a instituição promove poucos momentos de formação continuada, no que se refere aos aspectos filosóficos e legais da EPT, modalidade de ensino a qual se dedica a ofertar.

Estes momentos de formação, quando acontecem, segundo os dados levantados na pesquisa, se dão de forma descontínua, não propiciando aos servidores envolvidos inseri-los nas práticas pedagógicas e trabalhos de natureza afins, para que possam de fato, efetivar o projeto pedagógico que a instituição tem estabelecido por meio dos dispositivos legais que a regulamentam.

Nesta perspectiva foi desenvolvido um produto educacional, que buscou trazer a possibilidade de uma discussão sobre as leis que normatizam a EPT no Brasil e suas bases conceituais. Este produto foi estruturado em três partes, sejam: 1) apresentação de uma cartilha intitulada “Conhecendo a EPT, das Leis às Bases Conceituais”, para todos os docentes e técnicos administrativos do IFG – Campus Itumbiara; 2) uma Roda de Conversa, com o tema: “Relato de Experiências da implantação do currículo Integrado no IFGoiano”, apresentada por coordenadores dos cursos técnicos integrados dos *campi* Hidrolândia e Trindade do IFGoiano, na semana de planejamento pedagógico do 2º semestre letivo de 2019 do IFG- Campus Itumbiara; e, 3) a realização de um grupo focal com os participantes da pesquisa para a avaliação do produto aplicado.

A construção da cartilha se apoiou em todo o levantamento bibliográfico realizado para a construção do referencial teórico deste trabalho, primeiramente foi construído um texto pensado em apresentar didaticamente as leis que regulamentam a EPT no Brasil e a partir delas, elucidar as bases conceituais da EPT. Para cumprir esta proposta foi realizado um apanhado das leis que reza a Constituição Federal de 1988 referente a educação, passando pelos decretos e diretrizes que regulamentam a EPT no Brasil, como o Decreto nº 5.154 de 2004 e a Resolução nº 06 de 2012 que estabelece as Diretrizes e Bases da EPT, assim como a observação a Lei de Criação dos Institutos Federais, nº 11.892, de 30 dezembro de 2008, que define a missão e os valores dos Institutos Federais.

Nesta direção, a luz do texto trazido nas leis, decretos e diretrizes, foram apresentadas ao leitor as bases conceituais da EPT, à medida que os princípios da

EPT eram enunciados, os conceitos foram sendo realçados no texto e explicitados. Esta construção teve como objetivo trazer ao leitor a possibilidade de entrar em contato como as leis que regulamentam a EPT e provocar uma aproximação as suas bases conceituais. Após a produção do texto, a cartilha passou por um processo de diagramação, para que pudesse se apresentar de forma mais atraente ao leitor, estimulando seu interesse e facilitando sua leitura e compreensão.

A cartilha foi impressa e entregue aos docentes que estiveram presentes na Semana de Planejamento Pedagógico do 2º semestre do IFG – Campus Itumbiara. Esta ação objetivou aproximar os participantes da semana de planejamento a conhecerem o material e posteriormente realizar uma leitura do mesmo. A cartilha também foi enviada aos e-mails institucionais dos docentes e técnico-administrativos que fazem parte do quadro de servidores do campus Itumbiara.

A segunda parte de aplicação do Produto Educacional foi a promoção de uma Roda de Conversa, intitulada: “Relato das Experiências da Implantação do Currículo Integrado no IFGoiano”, realizada pelos professores, Geraldo Pereira da Silva Júnior, Campus Trindade; Berto Rodrigo Marinho da Luz, Campus Hidrolândia e Paulo Silva Melo, Campus Hidrolândia. Esta roda também aconteceu na Semana de Planejamento Pedagógico do 2º semestre do IFG – Campus Itumbiara, no dia 31 de julho de 2019, onde todo o quadro de docentes e servidores técnico-administrativos ligados a área pedagógica do campus estavam presentes.

O objetivo da Roda de Conversa, foi de trazer por meio dos relatos feitos pelos professores do IFGoiano, suas experiências com a implantação do projeto integrador principiado por estes professores, gestores e coordenadores dos cursos técnicos integrados nos *campi* do IFGoiano. Estas experiências de gestão e implantação do projeto integrador nos cursos técnicos integrados, será melhor relatada no capítulo seguinte deste trabalho, intitulado de Produto Educacional.

A avaliação do Produto Educacional foi realizada pelos participantes da pesquisa, por meio de um grupo focal, que teve como objetivo avaliar o material exposto na cartilha digital e as possíveis contribuições trazidas nos relatos de experiência dos professores do IFGoiano.

Para Gatti (2005, p.07) a técnica de trabalho com o grupo focal é muito utilizada nos trabalhos de abordagens qualitativas em pesquisa social. O grupo focal também pode ser utilizado para apoiar a construção de outros instrumentos de investigação como a observação. Essa flexibilidade, no entanto, não diminui sua importância, visto que tal instrumento permite ao pesquisador, compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevalentes no trabalho, relevantes para o estudo e investigação do problema proposto.

Pensando em melhor compreender os processos vivenciados pelos pesquisados no interior da cultura escolar e dar suporte a observação feita durante a avaliação do produto educacional pelos participantes desta pesquisa, utilizamos o grupo focal para cumprir com este propósito.

Após a descrição do método utilizado para a realização desta pesquisa, trataremos no capítulo seguinte sobre a análise dos dados coletados nas entrevistas, elencando os resultados alcançados e realizando discussões referentes às categorias de análise utilizadas.

CAPÍTULO 3 DISCUSSÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo identificar a presença dos princípios norteadores da EPT na cultura escolar do IFG- Campus Itumbiara. Mediante análise dessas entrevistas e por meio das escutas e transcrições minuciosas, pode-se observar nas falas dos entrevistados, suas percepções sobre a EPT, seus saberes enquanto docentes e suas práticas, ou seja, seu *habitus*. Baldino e Donencio (2014, p. 266) definem *habitus* como a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, agir e pensar, enfim, os pensamentos sociais que estruturam o “ser” social.

O roteiro da entrevista visava em sua primeira parte estabelecer um “*rapport*”, ou seja, construir uma relação de confiança entre os entrevistados e a pesquisadora, a fim de que se sentissem à vontade ao relatar suas experiências, opiniões, críticas e perspectivas. Nesse sentido, as primeiras perguntas estavam direcionadas a conhecer o cargo do entrevistado, se era docente ou técnico administrativo, qual a sua formação, ensino médio, superior, pós-graduação, se receberam formação continuada ou algum tipo de formação pedagógica, sobre seu tempo de atuação na área educacional, assim como sua trajetória profissional até ingressar no IFG – Campus Itumbiara. Para Manzini (1990/1, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O autor considera que esse formato de entrevista pode trazer informações de forma mais livre, já que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

As perguntas seguintes objetivaram conhecer as percepções que os entrevistados possuíam sobre a EPT enquanto modalidade de ensino, tanto as impressões gerais, quanto de sua aplicação no IFG- Campus Itumbiara. Para tanto, as perguntas foram construídas no sentido de elucidar os princípios filosóficos da EPT, para saber quais destes princípios são identificados na cultura escolar do campus pesquisado, que tipo de formação continuada tem sido adotada no campus, assim como a contextualização da EPT enquanto política pública, reafirmada em sua recente fase de expansão.

As análises seguintes foram feitas à partir das categorias de cultura escolar, *habitus* e campo, conceitos tomados de Bourdieu, enquanto referencial teórico utilizado como base para esta pesquisa. Para Bourdieu, a análise dos fatos que acontecem dentro da escola se constitui enquanto reprodução social, o *habitus* vai sendo reafirmado pelos que integram essa cultura e modelando seus comportamentos de acordo com o universo social que vivenciam. Para Setton (2002) *habitus* é o conceito que diz respeito à interiorização de certas estruturas sociais:

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p.63).

3.1 Apreciação da cultura escolar no IFG – Campus Itumbiara

Segundo Nóvoa (1998) a cultura escolar se refere aos modos particulares de interagir, de trabalhar, de pensar e construir as práticas cotidianas que expressam o “modo de ser particular” da escola, nessa perspectiva, sua identidade. Conhecer os elementos que constituem a totalidade da cultura escolar pode contribuir grandemente para a compreensão dos fatores intraescolares e das peculiaridades de cada instituição escolar.

Com esse intuito, foram elaboradas perguntas que visavam conhecer o perfil dos entrevistados, sua trajetória profissional antes de ingressar no IFG- Campus Itumbiara, sua formação acadêmica e seu perfil profissional. Assim como, as impressões sobre o ingresso na Rede, como a participação em treinamentos, políticas de formação continuada, atividades de integração, tudo o que pudesse ter contribuído para a formação do servidor que ingressou na instituição.

Para Oliveira (2003, p.292) é parte da cultura de um grupo é constituído por formação por meio de códigos, normas, sistemas de ação, como o instituinte, ou seja, as diversas pressões de mudanças ou acréscimos ao existente que ainda não se institucionalizaram. Para a autora a cultura vive um processo ativo, contínuo, vivo, por meio do qual as pessoas criam e recriam o mundo em que fazem parte.

Nesse sentido, questionou-se aos entrevistados seu conhecimento sobre os documentos legais que normatizam a estrutura e o funcionamento da Rede Federal, assim como o conhecimento sobre os documentos internos que regulamentam as práticas e condutas na instituição. Bem como, sobre as políticas públicas de manutenção da Rede, como sua missão e atuação no cenário educacional.

Para Viñao e Frago (1995, p.69), a cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias, envolvendo tudo que se desenvolve no cotidiano da escola. De acordo com as respostas dos entrevistados foi possível identificar em seus discursos os fragmentos daquilo que acabamos de descrever enquanto cultura escolar. A internalização dos modos de agir, pensar e analisar as situações do que acontece no cotidiano da escola, como a assimilação de suas leis e propósitos institucionais.

Uma análise que chamou muito a atenção foi o fato de todos os entrevistados, tanto da fase de implantação, quanto da fase de pós-implantação (fase 2) mencionarem não haver recebido treinamento quando ingressaram na Rede, no IFG – Campus Itumbiara. Para Chiavenato (2010):

As necessidades de treinamento são as carências de preparo profissional das pessoas. A necessidade de treinamento é uma área de informação ou de habilidades que um indivíduo ou grupo precisa desenvolver para melhorar ou aumentar a sua eficiência, eficácia e produtividade no trabalho (CHIAVENATO, p.273, 2010).

Alguns servidores da fase de implantação mencionaram ter recebido orientações do setor de Recursos Humanos, com o propósito de promover uma integração, como uma espécie de “Introdução ao serviço público”, mas que continha informações apenas relativas à compreensão dos direitos e deveres do servidor, bem como informações referentes aos seus planos de carreira.

Para Chiavenato (2010), o treinamento envolve a transmissão de conhecimentos específicos ao trabalho, como informações sobre a instituição, sua organização e políticas, bem como regras e regulamentos. A inexistência de treinamento ou formação continuada, que tivesse como propósito preparar o servidor

para o exercício do trabalho na Rede, explicitar sua missão, sua proposta de ensino, foi encarada por alguns servidores como algo que fez falta no seu processo formativo, de certa forma causando frustração. Como podemos analisar nos trechos de suas falas:

[...] Treinamento não! Só tinha as informações que o diretor na época passava para a gente, da nova rede, dos novos campus que estavam surgindo. [...] Não, senti falta! Senti! Senti! [...] Em qualquer empresa que a gente entre, a gente passa umas duas semanas, pra conhecer os setores da empresa, você passa por todos os setores. Aqui eu não passei por setor nenhum (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Outro servidor, também se refere à ausência desta política de integração, como observou-se na sua fala, quando questionado se recebeu algum tipo de treinamento ao ingressar na instituição:

Não. Não recebi treinamento. A gente teve o termo de posse e teve lá um momento de conversa no setor, tal, tal... só que treinamento mesmo, não tive, a gente foi meio que aprendendo sobre o Instituto [...] (TÉCNICO DE LABORATÓRIO, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Seu relato traz a ideia de que os conhecimentos sobre a Instituição são aprendidos pelos servidores durante a execução de suas práticas profissionais, esta percepção foi reforçada também na fala de um docente como podemos ver:

De dizer, óhh a dinâmica aqui é assim, os instrumentos que orientam o seu trabalho são esses, as pessoas que podem te auxiliar nesse sentido são essas. Então, não tive nenhuma instrução nesse sentido. E isso fez muita falta, porque você vai aprendendo “com o carro andando”, você vai trocando a roda com o carro andando (PROFESSOR QUÍMICA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

A fala da técnica-administrativa, cargo de pedagoga da fase 2, sugere que a falta de treinamento ou formação continuada que explicitasse os valores e pressupostos teóricos da EPT, trouxeram para sua prática profissional muita dificuldade, o que a provocou ir em busca dessa formação sozinha:

[...] eu saí da rede estadual para entrar na Rede Federal, com Educação Profissional, então, eu tive muita dificuldade, porque não conhecia nada, não entendia, não conhecia os termos, as nomenclaturas e muito menos assim, o próprio dia do trabalho com a educação profissional, como eu não tive nenhum tipo de formação quando cheguei, então foi muito assim... eu tive que buscar muito, estudar muito, sozinha [...] (PEGADOGA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

A pesquisa revelou que não houve diferença entre a política de integração ofertada pela instituição, da fase inicial, para a fase pós-implantação. Evidenciando que nas duas fases os entrevistados não participaram de treinamento ou formação continuada que visasse abordar a missão, objetivos e práticas pedagógicas da Rede. Corroborando com esta análise, também foi verificado junto aos servidores entrevistados quanto ao seu conhecimento sobre os documentos que normatizam e regulamentam a instituição e a ETP.

Todos afirmaram conhecer esses documentos, servidores das duas fases. Mas à medida em que suas falas se anunciavam, foi constatado que a maioria se referia a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que regulamenta o funcionalismo público federal e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a criação os Institutos Federais. Essa análise nos permitiu concluir que a política de formação continuada dos servidores ainda é falha no sentido de promover a compreensão dos valores e missão da Rede e dos princípios filosóficos da EPT.

O conhecimento das duas leis pela maioria dos entrevistados, revela o caráter desta formação ter sido adquirida por meio da preparação para os concursos públicos que os servidores realizaram. A Lei 8.112/1090 é conteúdo previsto em os todos editais dos concursos públicos federais. Igualmente, a Lei 11.892/2008 se tornou conteúdo imprescindível aos últimos concursos da Rede, sendo a lei que institui a nova Rede Federal em EPT.

Os entrevistados transpareceram ter pouco conhecimento sobre diretrizes contidas nos documentos institucionais internos, como PDI ou os PPCs dos cursos, assim como pela Lei de Diretrizes da EPT, entre outros documentos normatizadores. Como podemos ver pela fala do professor:

Quando eu entrei aqui só teve um prazo muito curto sobre os benefícios, do RH, mas em termos acadêmicos, tudo a parte de atribuição, nem a rede eu conhecia, eu conheci pela legislação, que estudava para o concurso, que eu iria precisar, mas eu não tive treinamento nenhum, só foi essa palestra do RH, só no início, antes da posse, mas foi coisa rápida. [...] Conheço a legislação 11.892, criação dos Institutos Federais, que são distribuídos todas as instituições do Brasil, todos os campi (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Fica também, evidenciado que os servidores buscam o conhecimento relacionado aos documentos de forma individual, à medida que se interessam por

estes ou necessitam dos mesmos em suas atribuições relacionadas às funções que desempenham. É importante ressaltar que é de entendimento de todos os entrevistados que conhecer os documentos institucionais é necessário para o exercício do trabalho de todos os servidores, trazendo a compreensão que a assimilação dos documentos é relevante para o desenvolvimento e sucesso das atividades institucionais. Assim como nos explicita a técnica-administrativa da fase de implantação:

Não só conhecer e fazer parte, também da formação, da documentação, os Institutos oportunizam isso. Mas eu acho que ainda não tem uma aderência dos servidores tão grande. A gente sempre vendo as mesmas pessoas nas comissões, a gente sempre tá com os mesmos nomes (TÉCNICA-ADMINISTRATIVA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Nessa perspectiva da análise das falas dos entrevistados em relação ao recebimento de uma formação continuada, percebe-se a necessidade de políticas de integração para que o servidor pudesse conhecer e assimilar a missão e valores da instituição, por meio de seus documentos regulatórios. Pode-se considerar que o conhecimento dos princípios norteadores da EPT, de suas bases conceituais, que são explicitadas nestes documentos normatizadores, ainda acontece de forma pouco expressiva no processo formativo dos entrevistados.

Pode-se observar também que a Rede Federal está presente nos processos de constituição de memórias e identidade, tanto dos servidores mais antigos, quanto dos que ingressaram mais recentemente. As representações sociais do que se constitui e do que representa a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se fez presentes nas falas dos entrevistados.

Para Ciavatta (2005, p.13), a identidade de cada escola, que seus professores, gestores, funcionários e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito a reformulação das vivências e relações estabelecidas entre os sujeitos que nela se inserem. A cultura do tempo e do lugar e as histórias produzidas pela realidade vivenciada, constituem um “lugar de memória”.

As memórias, as representações sobre a educação profissional, se apresentaram para os nossos entrevistados, principalmente quando fazem menção as antigas escolas técnicas federais e agrotécnicas, enquanto escolas que poderiam

transformar suas trajetórias acadêmicas e profissionais, por representarem para eles uma escola de ensino de excelência, um professor da fase de implantação nos relata:

A escola técnica, ela ainda tem uma presença muito forte, mesmo no tempo atual de Instituto Federal, muitas regiões do Brasil ainda se remete a Escola Técnica. Então, a Escola Técnica ela marcou, não só uma época do país, ela marcou gerações e a cabeça de muitas pessoas. Primeira vez que eu ouvi falar de Escola Técnica, foi na Bahia, nós tínhamos apenas uma unidade em Salvador, naquele momento, década de 80, nós tínhamos ainda o “boom” do “Milagre Brasileiro” da década de 70, início de 80 em que o Pólo Petroquímico de Camaçari era aonde mais se empregava, com os salários mais altos, então era o sonho de todo mundo trabalhar no Pólo Petroquímico de Camaçari, e lógico o Pólo Petroquímico, a área forte dele é química. Nessa mesma ocasião, eu me encontrava na 8ª série do ensino fundamental e eu já vislumbrava avançar para a área de química. Engraçado isso, eu pensava em ir para a área de química. Veio o concurso da Escola Técnica Federal da Bahia, mas eu morava à 500 Km de Salvador, era extremamente concorrido, não passei (PROFESSOR GESTOR/FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Entre os técnico-administrativos da fase de implantação, uma se refere à Rede, mencionando as antigas escolas agrotécnicas. Contudo, ressalta que em sua cidade não havia naquela época uma unidade. Posteriormente, ao concluir o ensino médio o município de Itumbiara - GO foi contemplado com a implantação do campus, quando pode dar sequência aos seus estudos, ingressando no curso superior de Licenciatura em Química. A servidora foi então aluna do IFG, em sua fase de implantação, tendo ingressado como técnica-administrativa nos primeiros anos de início de funcionamento da unidade. Ela se refere à fase de expansão da Rede Federal e seu movimento de verticalização do ensino, enquanto uma oportunidade de prosseguir seus estudos, como podemos observar em sua fala:

Antes de ser aluna, a ideia que eu tinha era mais de escola técnica, então assim sempre que o pessoal falava do CEFET, se referia mais a questão técnica e o contato que eu tinha maior, que o pessoal de Uberlândia, que era Escola Técnica Rural, ainda. Então, era uma visão, ainda diferente da Rede Federal Tecnológica, então eu não tinha essa visão de que ofertava cursos superiores. Eu descobri mesmo, no terceiro ano, quando ele já estava na cidade e que tinha, que ofertava licenciatura, mas eu não conhecia a base legal, né (TÉCNICA-ADMINISTRATIVA/FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

O roteiro da entrevista realizada abordou se os respondentes conheciam os princípios norteadores da EPT e nesse sentido, solicitou que os entrevistados comentassem sobre os princípios, permitindo que as falas surgissem na perspectiva

de cada um, de acordo com seu entendimento, conforme suas práticas de trabalho e suas crenças em relação, à oferta da EPT enquanto modalidade de ensino.

Os princípios são apontados de maneira geral por todos os entrevistados, contudo pudemos observar que apesar de nomeá-los a maioria dos servidores tanto da fase de implantação como os da segunda fase, ainda se confundem em relação a conceituação dos princípios, como podemos observar na fala deste professor:

Quando se fala em Educação Profissional e Tecnológica, é ensinar o aluno a ser profissional, já é sair dali para o trabalho, é um ensino voltado para o trabalho, para o dia a dia do chão de fábrica, seria esse o tipo de ensino. [...] a maioria dos professores não tem experiência profissional pra poder ensinar o aluno este tipo de *formação para o trabalho*, são pouquíssimos os professores aqui, que tem (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

O professor traz a ideia de formação para o trabalho, mas ainda com uma visão tecnicista de formar para o chão de fábrica, não compreendendo o princípio do trabalho enquanto princípio educativo, pois para Ciavatta (2008) o trabalho como princípio educativo teria como fundamento a relação entre o trabalho e a educação, visando o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

Outra entrevistada, também da fase de implantação, apresentou uma ideia mais clara do trabalho enquanto princípio educativo, apontando que, ainda que a preparação do aluno para o mercado de trabalho seja priorizada por parte de alguns professores, não se pode abnegar da formação humana:

[...] eu não tenho nada contra a formação para o trabalho, mas eu vejo que a *Formação Humana* deveria estar em equilíbrio e na vivência aqui, até na linguagem dos professores, nas entrelinhas, nas falas desses professores, eu observo que o que interessa é formar para o trabalho, competição no mercado de trabalho, em várias reuniões a gente escuta isso dos professores, como é que eu vou trabalhar essa humanização se eu tenho que prepará-lo para uma competição no mercado[...] (PEDAGOGA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Os entrevistados da fase pós-implantação apresentaram uma maior clareza conceitual ao nomearem e revelar os princípios norteadores da EPT, o que permite inferir que ao realizarem estudos e preparação para os novos concursos da Rede, no transcorrer dos anos que sucederam sua fase de implantação, no caso do IFG –

Campus Itumbiara, fomentaram espaços de formação e conhecimento dos princípios estruturantes da EPT, como pudemos observar na fala do professor da fase pós implantação se referindo ao seu percurso de preparação para os concursos públicos destinados ao ingresso na Rede.

[...] Os primeiros concursos, eu tinha o edital já no conteúdo programático a cobrança da discussão, do sentido dos cursos técnicos integrados, voltados para a formação integral dos estudantes, dos sujeitos, dos educandos, então eu cheguei a ler alguns textos voltados para essa discussão, não vou me recordar os autores específicos, mas discutiam a missão da Politécnica, em contra posição ao tecnicismo, ou a discussão da *omnilateralidade*, que versa justamente sobre isso, que é essa formação que vai pensar em várias facetas do ser humano, na formação integral do ser humano, não voltado apenas para a técnica, mas que o sujeito tenha a percepção total da vida, dos conhecimentos, não só os conhecimentos meramente técnicos, mas filosóficos, humanos, aquilo que está para além das estruturas, para as ideologias, que fundamentam as estruturas das sociedades [...] (PROFESSOR NÚCLEO COMUM, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Nesta direção, outro professor participante desta pesquisa, também da fase 2, demonstra possuir uma maior clareza dos princípios norteadores da EPT, o professor consegue, por meio das leis, estabelecer uma relação entre suas diretrizes e os princípios fundantes da EPT à que estas leis se referem, como apontamos à seguir em sua fala:

[...] Os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica. Como que eu vejo... bom... na publicação da lei 11.892, que deu essa nova estrutura de capilaridade na educação profissional técnica e tecnológica dentro dos municípios, tentando interiorizar, à partir disso foi pensado uma série de outros documentos, que orientasse e estabelecesse outras diretrizes, por exemplo, a diretriz CNE 06 de 2012 que trata da EPT, lá fala dos cursos integrados e subsequentes, é... vai estabelecer diretrizes, e aí como eu entendo à partir dessa mudança, de 2008 para cá, e aí aonde o carro chefe, o que se coloca como primordial, principal, é o curso técnico integrado à educação básica, então eu entendo, como uma das diretrizes para essa formação ampla dos sujeitos, essa busca de um entendimento, de uma visão mais ampla desses sujeitos que são formados, sobre a realidade e sobre a atuação produtiva, sobre o trabalho no mundo produtivo, então... essa formação mais ampla nesse sentido, nesse viés, então... o que se pretende com a educação profissional não é uma mera formação unilateral, uma formação onde esses sujeitos estão formados apenas para o trabalho produtivo, mas sem com isso, ter uma percepção de uma totalidade maior [...] (PROFESSOR QUÍMICA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Embora, a pesquisa tenha revelado a possibilidade dos servidores que ingressaram na Rede, nos últimos anos, possuírem uma maior clareza em relação aos princípios norteadores, pois na amostra pesquisada, dos 05 entrevistados, 03 demonstraram uma compreensão mais abrangente sobre as bases conceituais da EPT. É arriscado dizer que isso se deve apenas ao transcorrer dos anos que separam o ingresso desses servidores na instituição, daqueles que ingressaram na fase de implantação. Pois, dentre os servidores da fase de implantação 02 dos 05 entrevistados também apresentam uma boa compreensão dos princípios, demonstrando ter adquirido esse conhecimento por meio das atividades de trabalho por eles vivenciadas, em processos de formação descontínuos, como atividades pedagógicas, participações em comissões de trabalho, entre outros. Como o professor do núcleo comum da fase de implantação nos relata:

[...] Existem uma ou outra situação, mas ela não é exatamente formalizada, não se enquadra efetivamente como uma formação continuada. Nas reuniões de planejamento, até entra como formação continuada, mas eu acho que não, no sentido de um curso de maior duração, ou uma atividade de maior duração, nós temos as reuniões de planejamento que geralmente traz pessoas de fora, é para falar sobre um determinado tema, por exemplo, currículo integrado [...] (PROFESSOR, NÚCLEO COMUM, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Analisar a cultura escolar, de acordo com Forquin (1993, p.10) nos possibilita compreender as características sociais dos seus agentes como um dos fatores que podem influenciar o espaço da escola e seus sistemas. Para o autor, a compreensão das características culturais dos próprios professores, seus saberes, seus referenciais pressupostos e os valores que estão subjacentes as suas práticas pedagógicas, ou seja, a compreensão da cultura dos professores é importante para compreensão da relação do que acontece na escola, isto é, como se materializam as diferentes dimensões da problemática cultural como um dos fatores estruturantes da educação escolar.

Neste sentido, o conceito de cultura escolar traz uma perspectiva do que se situa no interior da escola, relacionado à sua estrutura interna, em relação as suas normas e regras de funcionamento. Para Bourdieu (1974, p. 208), a escola é a instituição responsável por transmitir; um conjunto de esquemas fundamentais, automatismos interiorizados, no sentido de “sustentar o pensamento, mas também podem nos momentos de “baixa tensão” intelectual, dispensar o pensar. A escola seria a responsável pela formação do *habitus*, a internalização da cultura é similar à

incorporação do *habitus*, assim passaremos a analisar o *habitus* enquanto princípio gerador das práticas e das ações dos agentes sociais inseridos na escola.

3.2 *Habitus, uma análise dos comportamentos e formas de pensar dos servidores do IFG – Campus Itumbiara*

Para Bourdieu (1983, p.07) existe uma relação muito próxima entre o sujeito e a sociedade, uma relação dialética entre o sujeito social e a estrutura social. O que media essa relação é chamado de *habitus*, que se trata do modo de ser, de agir, de pensar, que organiza e orienta determinada prática.

Nessa lógica, podemos dizer que a forma de ser, de pensar, de agir dos docentes e técnicos administrativos seguem uma determinada lógica, a maneira como estes percebem o universo escolar em que estão inseridos, no caso o IFG – Campus Itumbiara está pautada em um sistema de posições sociais. O *habitus* enquanto interiorização das estruturas sociais faz com que os indivíduos reproduzam comportamentos e formas de pensar, mesmo por meio de mecanismos inconscientes.

Analizamos então os comportamentos e formas de pensar dos servidores que participaram desta pesquisa, procurando identificar seus *habitus* expressos em seus discursos, sustentados em suas práticas docentes, práticas pedagógicas e percepções e crenças sobre a EPT.

Para os docentes entrevistados vinculados à área da indústria, sendo estes professores engenheiros, para ser professor da EPT existem condições diferenciadas daquelas exigidas dos professores da educação básica. Para eles a formação acadêmica deve estar aliada a capacidade técnica, conhecimento adquirido pela experiência e prática profissional.

A minha ideia é que professor de cursos técnicos, por exemplo, os nossos cursos técnicos aqui. Não tinha que contratar nem mestre e nem doutor, mestre e doutor é pra curso superior. Por curso técnico tinha que ser graduado, e com no mínimo de 5 a 10 anos de experiência de chão de fábrica, esse sim dá aula pra curso técnico, pra curso superior, mestres e doutores (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Verifica-se na fala do entrevistado que existe uma crença de que para ser professor da EPT e ser um bom professor desta modalidade, o sujeito deve possuir além dos requisitos vinculados a formação acadêmica, como o bacharelado e as

possíveis pós-graduações, como o título de mestre e doutor, o professor precisa trazer consigo a experiência de campo, a larga experiência profissional, aquela adquirida no que eles chamam de “chão de fábrica”.

Para outro professor da indústria, que também já atuou na gestão do IFG – Campus Itumbiara, este perfil de docente altamente qualificado, que trabalha sob uma concepção de ensino e aprendizagem altamente aprofundada, não atende aos propósitos institucionais, que é no seu entendimento a formação técnica. Esse apontamento é reforçado em sua fala no sentido que para ser professor da ETP, o docente necessita da experiência profissional, como podemos apreciar:

Então, isso a gente remete a uma formação muito teórica, aprofundada, descabida até para a formação que a gente está pretendendo e que termina afugentando o público que a gente precisaria formar. Então talvez, uma das grandes dificuldades de se manter a formação com êxito esperado ao final do curso, seja exatamente essa falta de experiência dos nossos docentes. [...] nós temos quadro muito qualificado em termos de título, porém totalmente despreparado em termos da função que desempenha, isso nas questões pedagógicas e nas questões de experiência de mercado (GESTOR, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

A pesquisa revela que os servidores trazem a crença de que o bom professor é aquele que possui esta experiência de campo, que poderá ofertar ao aluno uma formação técnica, nesse sentido, a capacidade de ensinar, visando à formação para o trabalho, se constitui enquanto *habitus*, como podemos notar na fala de um dos entrevistados da fase de implantação:

Quem quer técnico, que realmente precisa, vai ter uma formação técnica, aí depois se ele quiser faz um curso superior, se prepare, estude, faça o Enem, é técnico, vamos botar gente que entenda do chão de fábrica pra ensinar esse menino que vai direto pra fábrica, formação técnica para o trabalho (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Esta percepção, do docente ter domínio sobre a área técnica também se apresentou na fala dos técnico-administrativos, para o técnico de laboratório entrevistado, que também foi aluno da instituição, o professor deve possuir esta característica de domínio da área técnica e conhecer as demandas do mercado de trabalho, como pode-se analisar em sua fala.

Eu acho que deve priorizar é... como eu vou dizer... preparar para o mercado de trabalho, trazer, pra sala de aula, para os alunos, como funciona o mercado de trabalho, qual o anseio do mercado de

trabalho, o que o mercado de trabalho está precisando nesse momento, tentar trazer as dificuldades do mercado de trabalho, para dentro da sala de aula, para estar formando os profissionais qualificados (TÉCNICO DE LABORATÓRIO, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Aliada a formação técnica, os entrevistados também ressaltaram que a formação humana deve ser priorizada na formação dos seus alunos, os profissionais que atuam na EPT devem possuir a conceituação de formação humana associada à formação para o trabalho. Notou-se que mesmo aqueles que defendem a formação tecnicista, em seu sentido mais arcaico, se remetem a necessidade da formação humana, como podemos ver na perspectiva deste entrevistado:

O nosso compromisso, lógico, ele tem uma formação muito grande técnica e tecnológica, mas sem perder de forma alguma a questão do desenvolvimento do indivíduo para a sociedade, que se prepare para tal. Porém não pode ser um indivíduo só pensador, ele tem que ser propositivo de soluções, ele precisa sair do marasmo, de ficar no mundo só achando, ele precisa romper essa barreira, e trazer soluções, e trazer soluções tecnológicas aplicadas à realidade brasileira, porque nenhum país se sustenta se as suas instituições de ensino, principalmente as tecnológicas, não estiverem voltadas para o desenvolvimento tecnológico da própria nação mercado. (GESTOR, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Para Ciavatta (2005, p.2-3), a formação humana busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Uma formação que supere a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado.

Este entendimento, ainda que não totalmente contemplado no sentido que Ciavatta (2005) nos traz, foi trazido pelos entrevistados tanto nas falas dos técnico-administrativos, quanto dos docentes que contribuíram com esta pesquisa. Para as pedagogas que responderam a entrevista, tanto da fase de implantação, quanto da fase 2, os profissionais que atuam na EPT devem promover em suas práticas a formação humana dos alunos, como podemos verificar:

Eu acho que é possível conciliar, e num equilíbrio, a formação integral do aluno, ela passa por isso aí. O aluno ele precisa se conscientizar que para ele existir, ele tem direitos à moradia, alimentação, à saúde, o seu próprio exercício de cidadania, ele precisa ser instigado para ele conscientizar disso, consciente disso, ele está preparado para o trabalho. Eu posso estar equivocada, mas

eu creio que isso é possível (PEDAGOGA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Eu acho que não tem como separar os dois, eu vejo assim, eu não consigo separar, tanto a formação científica, quanto... Quando a gente fala da Politécnica, seria essa científica, essa formação humana, a técnica é que a capacidade de trabalhar, de agir, de reagir dentro aí do trabalho, mas uma colaborando com a outra (PEDAGOGA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Os demais docentes entrevistados, principalmente os que compõem o núcleo comum das disciplinas básicas do ensino médio regular, trazem a formação humana, enquanto eixo estruturante da formação integrada, tanto os entrevistados da fase de implantação, como fase 2, pós-implantação. Infere-se que a percepção destes docentes com a questão da formação humana possa estar relacionada à aproximação desta com as suas disciplinas, como nos trouxe a fala de um professor da área de humanidades, se referindo aos momentos de formação continuada que promoveram o debate em relação à formação humana:

Depois que eu cheguei, depois que eu já entrei na rede, acaba que não tive muito mais acesso a essas discussões como eu disse, naqueles momentos mais informais e momentos muito pontuais de formação pedagógica, mas acaba que não é uma frente de que eu discuta o meu cotidiano, está diluído na minha disciplina, na minha prática, que é algo muito caro na minha disciplina, que é a história, a história ela trata dos processos produtivos (PROFESSOR NÚCLEO COMUM FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Nesta direção, outro professor do núcleo comum realizou uma definição do que acredita ser a formação humana, e fez uma defesa no sentido que todas as disciplinas, inclusive as de cunho mais técnico possam trabalhar a formação humana, não ficando esta a cargo somente das disciplinas de humanidades.

Quando a gente pensa em formação humana, ao menos, o que eu entendo, é essa formação crítica, que possibilita os sujeitos em formação, uma visão mais ampla da realidade, logicamente que todas as disciplinas podem ter esse papel, de formação nesse sentido, então uma disciplina técnica pode ter esse papel desde que, o professor que atua na disciplina busque é, não uma formação engessada, fechada e una os papéis desses sujeitos, mas que busque dizer, nós estamos em uma disciplina técnica, esse profissional atua na sociedade de um modo geral, tem um papel como cidadão, tem uma responsabilidade social, tem uma responsabilidade ambiental, tem é... atuação ampla, então todas as disciplinas podem contribuir, depende, logicamente de como essas coisas são

trabalhadas (PROFESSOR QUÍMICA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

Dessa forma, pudemos identificar como se revela o *habitus* dos profissionais que participaram da pesquisa, seus modos de pensar a EPT, que promova a formação tanto para o trabalho, enquanto para a formação específica, assim como a promoção da formação humana. Nesse sentido, identificamos no discurso desses servidores, sujeitos da pesquisa, a presença de dois princípios fundamentais da EPT, do trabalho como princípio educativo e o fundamento da formação humana.

É importante dizer que, os princípios norteadores da EPT, apesar de estarem presentes nos discursos dos entrevistados, ainda não são apresentados com clareza, são anunciados, são sugeridos como aspectos relevantes para a EPT, mas que foram abstraídos por eles durante o desenvolvimento de suas práticas profissionais. São aspectos que eles acreditam ser estruturantes da proposta de ensino em que atuam. Mas fica claro para a maioria dos entrevistados, que a proposta destes princípios filosóficos, bases fundantes da EPT, não são analisados, discutidos e implantados, seja em momentos de estudo, de reuniões pedagógicas ou de planejamento das atividades. Como podemos ver, essa formação para as bases conceituais da EPT acaba sendo diluída no dia a dia dos servidores como nos aponta este professor:

Sim, muito voltado para a questão da informalidade, quem tem esses momentos mais formais das jornadas pedagógicas, as semanas de planejamento pedagógico, em que volta e meia esse tema vinha à tona, e era discutido, debatido, mas muito nas conversas informais, com colegas, que tem apreço por essa discussão, e encampam essa pauta, a importância de ter essa clareza do que é a Rede Federal e principalmente, os Institutos, que tem essa missão de trabalhar essa questão da formação integral, integrada e integral, o trabalho nas duas frentes, o ensino básico, técnico e tecnológico, mas muito em conversas informais, assim mesmo e de alguma forma também como eu prestei, estudei muito para entrar como servidor, então acabou que eu tive leituras, que eram cobradas, e certames em provas de concurso contribuíram para eu ter essa, alguma clareza dentro dessa questão (PROFESSOR NÚCLEO COMUM, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

A partir desta análise, de como os participantes da pesquisa pensam e assimilam os princípios norteadores da EPT, sobre o que esta proposta de ensino visa alcançar, sobre suas crenças, modos de agir e operacionalização de suas práticas, passaremos a discussão para o campo e espaço social, onde estes sujeitos vivenciam suas condutas.

3.3 Campo, espaço de construção das práticas em EPT no IFG- Campus Itumbiara

Os campos, segundo Chartier (2002, p.140) “têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de posições entre os atores que são seus membros”.

Nesta ótica, os campos se definem como espaços sociais, de certa forma restritos, onde as ações individuais e coletivas acontecem conforme uma certa normatização, que são instituídas e transformadas constantemente por essas próprias ações. Neste contexto social, diferentes campos se relacionam, dando origem a novos espaços sociais, mais abrangentes, mais conexos, capazes de inspirar, persuadir e serem também influenciados.

Para Setton (2002, p. 64) a relação de interdependência entre o conceito de *habitus* e campo é condição para seu pleno entendimento. Para o sociólogo, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre *habitus* e um campo. Na perspectiva do autor, pensamos o sistema escolar do campus pesquisado caracterizado como um campo.

Neste sentido, foi analisado as relações entre os agentes (docentes e técnico-administrativos) dentro desse campo, das tensões desses diferentes agentes entre si, das disputas em relação as áreas do saber, das disputas entre os tipos de formação ofertada e das tensões geradas pelas diferentes funções de trabalho entre técnico-administrativos e docentes. Pereira (2015) define campo e as suas disputas de capitais à seguir:

É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam (PEREIRA, p. 341, 2015).

A pesquisa apontou para estas disputas de campo, disputas entre os objetivos e missão dos Institutos Federais, no que se refere à proposta de verticalização do ensino, quanto a priorização da oferta dos cursos técnicos na forma integrada e oferta para cursos de nível superior, esta última, sendo para alguns docentes considerada

como uma tentativa de aproximação dos Institutos com as Universidades, descaracterizando sua vertente. Também, se evidenciou disputas entre as áreas do conhecimento, disputas que se notam pelos discursos daqueles que defendem uma formação predominantemente voltada para a formação técnica e profissionalizante, sendo este discurso acampado pelos professores da área da Indústria, professores das engenharias.

Em contraponto ao campo de disputa descrito acima, a pesquisa apontou que os docentes das disciplinas do núcleo comum possuem uma maior clareza do que seria a formação integrada, e neste sentido, defendem a proposta de formação humana, como eixo estruturante da EPT.

Também nos foi revelado que existe no campus uma disputa de campo entre aqueles que defendem a formação técnica e tecnológica e aqueles que entendem que o campus adotou uma política de preparo para o processo seletivo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

E entre as disputas mais individualizadas entre os agentes deste campo, verificou-se uma disputa entre os docentes que tem maior tempo de atividade profissional, não só de docência, mas de experiência profissional fora da instituição, em relação àqueles que têm menor experiência profissional, possuindo apenas a formação acadêmica e suas respectivas titularidades, com títulos de mestres e doutores.

Nesta direção, também foi revelado pelos técnico-administrativos que existe uma disputa entre as categorias profissionais, técnicos e docentes, ficando à cargo dos técnicos um trabalho de natureza mais burocrática, distante das atividades que promovam o pensamento crítico, reflexivo e transformador.

Foi verificado que existe entre o corpo docente uma disputa que envolve qual seria a proposta de ensino a ser priorizada no IFG – Campus Itumbiara, nos discursos analisados puderam ser observadas falas em defesa de uma formação integrada, de uma formação ampla, daquela anunciada no Decreto nº 5.154 de 2004 e trazida como diretriz da EPT na Resolução nº 06, de 2012. Mas também foram encontrados discursos em que as narrativas vão de encontro a uma proposta de ensino voltada

para a formação técnica, aquela que visa preparar unicamente mão de obra para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Na fala que segue abaixo, pudemos apreciar no discurso um professor que defende a formação integrada como sendo a prioridade dos Institutos Federais, que defende a oferta de 50% das vagas para os cursos técnicos integrados. Este professor defende em sua entrevista que é a isto que os Institutos Federais se propõem, a ofertar a formação na perspectiva da integração, da formação ampla de seus estudantes.

50% das nossas vagas elas sejam para a educação técnica de nível médio, prioritariamente inclusive na formação dos cursos técnicos integrados, na modalidade integrada ao ensino médio e é isso que eu defendo (PROFESSOR, NÚCLEO COMUM, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Este mesmo professor também relatou que existe um grupo de docentes que defendem a expansão dos cursos superiores, em detrimento da oferta dos cursos técnicos integrados. Situação que também se revelou em outras entrevistas realizadas pelos participantes da pesquisa, de que no campus existem docentes que se afinizam mais com a proposta de ensino voltada para o superior e para as pós-graduações.

A proposta dos Institutos Federais, com a verticalização do ensino anunciada em sua Lei de Criação N° 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, compreende a oferta dos cursos superiores, mas garante que 50% das suas vagas sejam destinadas para os cursos de técnicos, preferencialmente ofertados na forma integrada. Na opinião de um professor da fase de implantação, muitos professores estão tentando aproximar os Institutos das Universidades, descaracterizando assim sua essência.

[...] os Institutos Federais, principalmente eles não têm conseguido trilhar na sua essência definida em Lei, eles têm migrado muito, tentando de uma maneira forçosa mesmo, a se aproximar da Universidade, então isso é muito prejudicial para o país e prejudicial para as Instituições que aí estão. Nós temos um público que a gente atende, que é a formação técnica integrada, que é uma formação tecnológica e não simplesmente os bacharelados como se queiram colocar e apesar de nós termos a abertura e o incentivo para a pesquisa, essa pesquisa do Instituto Federal ela tem sido canalizada para a pesquisa de base, como é a da Universidade. [...] fica aquela grande crise de identidade, porque nós somos uma instituição, e que internamente os professores querem torná-la de outra forma. (GESTOR, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Além deste campo de disputa entre modalidades de ensino da EPT, as ofertas dos cursos técnicos e as ofertas de nível superior, a disputa de campo também se fez presente entre aqueles que entendem a EPT enquanto formação que priorize a formação profissional e técnica, voltada para preparar os alunos, às demandas do mercado de trabalho, ao chão de fábrica. Esse discurso foi encontrado nos discursos dos professores da área da indústria, por professores das engenharias que atuam tanto nos cursos técnicos, quanto nos cursos de nível superior. A seguir segue um trecho da entrevista de um professor da área da indústria:

[...] A missão seria formar técnicos para o mercado de trabalho e atingindo a população de baixa renda, aquela população que realmente precisa trabalhar [...] Nós não temos interesse em aluno que não tenha interesse no mercado de trabalho. Eu quero formar um técnico que vá trabalhar no mercado de trabalho (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Nesta linha de pensamento o professor, além de fazer sua defesa do que seria a prioridade da formação técnica, estando voltada para atender ao sistema produtivo, reforça a antiga ideia de cultura assistencialista, trazida pelas antigas escolas técnicas, quando da fundação das primeiras “Escolas de Aprendizes de Artífices”, que foram instituídas com o objetivo de atender aos desvalidos da sorte.

As disputas de campo acima descritas revelaram que os professores se dividem entre aquilo que acreditam ser o melhor para desenvolvimento da EPT, suas crenças, estão voltadas para uma formação estritamente tecnicista, embora não reconheçam esta característica no tipo de formação em que defendem. Também não apresentam clareza no que tange os objetivos institucionais dos Institutos Federais, pois confundem o que vem a ser a proposta de formação integrada, que é tratada nos documentos norteadores da EPT. E ainda relatam a existência de ideias por parte de professores que não compreendem, que embora os Institutos possam ofertar cursos na modalidade superior e pós-graduações, esta possibilidade não pode ser confundida com sua real missão.

Também pudemos encontrar percepções acerca do tempo de atividade profissional, esta disputa se fez presente em discursos em relação ao tempo que os professores estão trabalhando na instituição, sendo considerados professores mais antigos. Nessa perspectiva, esses mesmos professores também realçaram em suas falas a necessidade de que o professor da área técnica possua uma experiência

profissional, além da formação acadêmica. Estes posicionamentos, evidenciam que existe aí um campo de disputa, no que se refere a possível capacidade de que os professores com maior experiência profissional, seja ela adquirida no campo profissional ou na docência, faça dele um professor melhor e mais comprometido com aos objetivos institucionais, como nos revelam as falas dos professores que seguem:

É tem vários professores que trabalham, que levam o nome da instituição, que tem o maior zelo por essa instituição, que já entenderam, mas são professores antigos, a gente como professor, a gente não é simplesmente vir aqui e dar uma aula, existem outras atividades que a gente tem que fazer para construir a instituição, para consolidar a instituição (PROFESSOR INDÚSTRIA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Ainda em relação aos objetivos institucionais, revelou-se que existem disputas em relação aos cursos técnicos integrados, como os cursos contam com um corpo docente altamente qualificado, em sua grande maioria composto por mestres e doutores, aliada à toda infraestrutura que o campus possui, como laboratórios equipados, ampla biblioteca, anfiteatro, salas de aula climatizadas, bem como as atividades de pesquisa e extensão, participação em eventos científicos, palestras e visitas técnicas, o processo formativo do aluno do ensino médio tem se demonstrado diferenciado em relação ao ensino médio ofertado pelas demais escolas públicas da cidade e da região, assim como das escolas particulares.

A quantificação desse sucesso, além de todas as características acima mencionadas, se fez baseado nos resultados obtidos nos últimos anos no ENEM. O campus pesquisado conseguiu notas altíssimas, se classificando com a nota mais alta das escolas no ranking na cidade, além de obter posições de destaque no ranking estadual. Estes resultados também se apresentaram de forma individual, já que muitos alunos conseguiram o ingresso em Instituições de Ensino Federal em cursos altamente concorridos, como apontou este professor:

Mas diversas questões entram em disputa, entram em debate dentro da Rede, e portanto dentro dos campus, por exemplo, por mais que o nosso princípios e que os nossos objetivos sejam voltados para a formação da classe trabalhadora, para a atuação como técnicos, muitos desses jovens também visam a formação é propedêutica para continuar os estudos, então por exemplo, para ir para as universidades. Então... muitas dessas questões entram em disputa,

e a gente não pode ignorar isso. No campus Itumbiara o que eu percebi ao longo desse tempo que eu estou aqui, é que lá em 2014 a gente tinha aqui uma série de problemas vinculados, por exemplo, ao quantitativo de alunos nas turmas, e o campus buscou medidas para ampliar os nossos números, avançar, melhorar os nossos dados estatísticos, e aí uma das coisas que foram feitas, além da divulgação do IF para a comunidade entender o que é o IF, e portanto os alunos poderem pleitear uma vaga aqui, uma das formas que o campus utilizou para a divulgação foram os nossos dados, os nossos resultados, por exemplo, os exames nacionais, como o ENEM por exemplo (PROFESSOR QUÍMICA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

A proposta do ensino médio integrado, de acordo com Ramos (2007, p.23) é a oferta de um ensino que tenha como eixo o trabalho, a ciência e a cultura, um projeto que garanta ao adolescente o direito a uma formação completa, promovendo sua leitura de mundo para uma atuação crítica integrada à sua sociedade política. Nesse sentido, o aluno concluinte do ensino médio integrado deveria possuir uma formação mais ampla, e nessa lógica esta formação lhe possibilitaria alcançar melhores resultados, fosse nos processos seletivos como no EMEM, nos vestibulares ou no mundo do trabalho.

Acontece que essa clareza não parece estar presente nas concepções de grande parte dos entrevistados, a proposta de integração ainda não é bem compreendida, para eles é como se o aluno estivesse cursando dois cursos ao mesmo tempo, o ensino médio e o curso técnico, como nos revelou este professor:

[...] a gente vê que o aluno percebe isso. Ele tem um bloco de disciplinas do Ensino Médio, ele tem um bloco de disciplinas da “técnica”, ao ponto de muitos deles se perguntarem se tem a possibilidade de fazer só uma coisa. “Ah, eu posso fazer só o ensino médio??? E não fazer a parte das técnicas???” ou “Eu posso fazer só a técnica e não fazer o Ensino Médio???” Geralmente, mais a primeira opção, mas existe um pouco disso (PROFESSOR, NÚCLEO COMUM, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Esta divisão entre o que o professor chamou de blocos de disciplinas técnicas e núcleo comum, reforça a ideia que além do projeto integrador, ainda não acontecer de fato, a instituição se confunde dentro do seu papel, normatizado pelas leis que a regulamentam, de priorizar a oferta dos cursos técnicos, neste sentido a formação técnica não é priorizada, como a maioria dos contribuintes desta pesquisa acreditam que deva ser, o que acaba inviabilizando a construção de uma formação unitária.

Em relação aos profissionais que participaram da pesquisa, docentes e técnico-administrativos, dentre estes últimos, técnicos que exercessem funções intimamente relacionadas à área de ensino foi encontrado uma disputa em relação aos saberes e possibilidades de atuação desses profissionais. Nos Institutos Federais, todos os trabalhadores são chamados de “servidores” e estão divididos em duas categorias profissionais distintas, docentes e técnico-administrativos, os técnicos são divididos em níveis C, D, E, de acordo com as categorias profissionais, como profissionais de nível fundamental, médio e superior. Na atualidade, sua grande maioria possui nível de escolaridade superior ao exigido pelo cargo, devido aos incentivos salariais promovidos pela capacitação profissional.

O que se verificou nas falas dos técnicos é que estes executam um trabalho de características mais burocráticas, não sendo chamados a realizar um trabalho que contribua com atividades docentes, um trabalho de natureza pedagógica. Uma das pedagogas participantes da pesquisa relatou que se sente frustrada em relação à natureza do trabalho que desempenha:

[...] E então assim, é bem frustrante, você observar que enquanto uma técnica, que poderia estar atuando diretamente com projetos, se limita a um trabalho de bastidores, analisando notas, boletins, fazendo jus a formação profissional, que é apenas mais um número, é o resultado numérico do aluno que vai valer. [...] eu vou trabalhar com extensão, cidadania, desenvolver olhares, eu vou para os bairros com esses meninos, o meu trabalho vai ser altamente dinâmico. Então foi uma decepção, porque na verdade, o meu trabalho aqui, ele é burocrático. (PEDAGOGA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

A divisão do trabalho entre docentes e técnico-administrativos, parece empobrecer a discussão sobre as práticas pedagógicas em EPT, o trabalho de natureza mais burocrático, e as demais exigências do setor de lotação das pedagogas, impossibilita que estas sejam chamadas à participarem e a promoverem ações relacionadas as suas competências. No relato à seguir a pedagoga comenta que além de não estarem envolvidas nas práticas pedagógicas que promovam o projeto integrado, ela também não vê essas práticas acontecerem.

[...] muito necessário, é as práticas pedagógicas voltadas para a EPT. Que a gente não enxerga dentro da Instituição, é... práticas pedagógicas que contemplem alunos que estão sendo formados no ensino médio e educação profissional, ou os cursos subsequentes, na EJA, que seria no caso, os próprios projetos integradores, é... trabalho coletivo dentro de sala de aula, que é importantíssimo, e a

gente não vê acontecer (PEDAGOGA, FASE PÓS IMPLANTAÇÃO, 2019).

O estudo desenvolvido demonstrou que a cultura escolar presente no IFG – Campus Itumbiara está permeada por formas de pensar, de agir, modos de se comportarem e de desenvolverem suas atividades de trabalho são bem distintas em relação à EPT, foram utilizadas as categorias de habitus e campo para melhor explicitar essas diferentes formas de pensar e trabalhar a EPT neste campus, visando identificar a presença dos princípios norteadores da EPT na intuição.

CAPÍTULO 04 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração a proposta inicial desta pesquisa, que é a de identificar os princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar do IFG-Campus Itumbiara e comparar a percepção destes princípios entre os servidores docentes e técnico-administrativos que ingressaram neste campus em sua fase de implantação e daqueles que ingressaram posteriormente a estes primeiros cinco anos de funcionamento, e assim desenvolver um produto educacional que pudesse contribuir com o processo formativo destes princípios norteadores, para tanto a pesquisa cumpriu o seu propósito.

No decorrer deste estudo, procurou-se construir um referencial teórico que pudesse atender e sustentar as análises das entrevistas realizadas, para isso foram utilizadas as categorias de cultura escolar, *habitus* e campo, assim como o aprofundamento das bases filosóficas da EPT e suas diretrizes.

Procurou-se durante a realização e análises das entrevistas identificar as percepções, conhecimentos e práticas adotadas em relação à EPT, permitindo aos entrevistados discorrer suas opiniões de acordo com o roteiro pré-estabelecido. O roteiro buscava identificar a presença dos princípios e bases legais da EPT presentes nos elementos da cultura escolar do IFG- Campus Itumbiara.

As análises realizadas apontaram para a hipótese inicial da pesquisa, de que o conhecimento dos princípios norteadores da EPT ainda não foram compreendidos de forma significativa entre os servidores da instituição pesquisada. Considerando a amostra utilizada que possuía um perfil diversificado de servidores, entre técnico-administrativos, gestores e docentes de várias especificidades, acredita-se que a amostra era bastante representativa.

A compreensão e percepção dos pesquisados em relação à EPT ainda é pequena, embora relataram conhecer os documentos que regulamentam esta modalidade de ensino, pôde-se observar que a grande maioria dos entrevistados conhecem apenas a Lei nº 8.112 de 1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União e a Lei nº 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de

Educação Profissional e Tecnológica, as demais que normatizam a prática da ETP são pouco compreendidas pelos entrevistados, observou-se que a maioria que detém seu conhecimento, ocupa ou ocupou cargos de gestão, que por sua natureza exigiam a compreensão destas leis.

Outra questão que chamou atenção na realização da análise dos dados foi a ausência de uma política de integração para a recepção dos servidores que ingressaram na instituição ao longo dos seus 10 anos de funcionamento. Todos os participantes declararam não ter recebido treinamento relacionado à valores, missão e cultura institucional quando ingressaram, embora tenha sido um dos itens editalícios presentes nas normas dos processos seletivos quando da inscrição aos referidos certames, fenômeno citado como rito de integração logo após posse e início de efetivo exercício, que em princípio deveriam ter sido realizados na primeira semana de trabalho ao ingressarem e iniciarem suas respectivas rotinas no IFG.

Além da assimilação do que dispõem as leis da EPT, a apreensão dos princípios norteadores também se revelou de forma inexpressiva. Ao abordar este tema, os entrevistados foram convidados a falar de suas percepções, do que eles acreditavam ser estes princípios, sendo anunciado pela maioria, que esta compreensão ainda acontece de forma superficial.

A hipótese de que aqueles que tinham vindo implantar o campus traziam um conhecimento maior da ETP, ou seja, um capital cultural maior foi descartada após a análise dos dados, pois ambas as fases estão construindo esta nova identidade, apreendendo sobre a educação profissional, por isso os processos de formação continuada se fazem tão importantes para a apreensão das bases conceituais trazidas nos documentos reguladores.

A falta desta política de formação inicial e continuada em EPT culminou para uma proposta de desenvolvimento de um Produto Educacional que pudesse contribuir para este processo formativo. A construção da cartilha partiu da exposição dos eixos teóricos legais, já que esta apreensão é fundamental para formação de uma cultura escolar. Para tanto, a ideia inicial da cartilha em EPT foi ampliada para a promoção de uma Roda de Conversa, que abordou as experiências na implantação do

projeto integrador no IFGoiano e a realização de um grupo focal para avaliar o produto educacional desenvolvido.

A realização do grupo focal reafirmou por meio das falas dos participantes, a necessidade de uma política de formação inicial e continuada que proporcione aos servidores a compreensão das leis e dos princípios norteadores da EPT, sendo por este grupo levantada a necessidade da construção de uma identidade institucional que assimile estes princípios trazidos por lei, reforçando a possibilidade da utilização da cartilha enquanto manual interativo e colaborativo, tipo Wikipédia, para facilitar este processo de formação.

Nesta perspectiva a pesquisa apontou para a necessidade da implantação de uma política de formação permanente, tanto de formação inicial para aqueles que ingressam na instituição, quanto de formação continuada, para que o processo formativo não cesse e esteja sempre em construção, para tanto sugere-se que esta ação deva acontecer de forma institucionalizada.

Acredita-se que foi cumprido o objetivo inicial que se propôs esta pesquisa, de identificar a presença destes princípios na cultura escolar do campus pesquisado, pois a aplicação do Produto Educacional foi avaliada de forma positiva e sugerida pelos avaliadores como material a ser utilizado para possíveis espaços de formação em EPT. Portanto, sugere-se que a pesquisa cumpriu o seu propósito e que a pesquisadora pretende continuar com seu trabalho contribuindo na execução dos processos de formação inicial e continuada em EPT no âmbito institucional.

CAPÍTULO 05 PRODUTO EDUCACIONAL

Como parte integrante do trabalho final desta pesquisa de mestrado profissional foi desenvolvido e aplicado o produto educacional, como descrito no capítulo 02 desta dissertação, que trata dos procedimentos metodológicos. O produto educacional foi estruturado em três partes: uma cartilha digital da EPT, a promoção de uma mesa redonda, que abordou o tema do currículo integrado e a última que configurou a fase de avaliação do produto, realizada na forma de um grupo focal entre os participantes da pesquisa.

A cartilha nasce da análise dos dados coletados e conclusão do trabalho de pesquisa, em que foi constatado que os participantes ainda pouco conhecem as leis e as bases conceituais da EPT. Com este propósito, ela foi planejada e construída com o objetivo de despertar entre os participantes da pesquisa e da comunidade escolar, a quem foi distribuída de forma impressa e enviada pelos meios eletrônicos institucionais, como e-mails e redes sociais, o interesse pela leitura e conhecimento das bases legais da EPT e seus princípios norteadores.

O material foi confeccionado com o intuito de ser didaticamente acessível, trazendo ao leitor uma leitura breve das principais normativas que regulamentam a educação e a educação profissional e tecnológica no Brasil, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996.
- Lei nº 11.741 de 20 de dezembro de 2008, que trata da Educação Profissional e Tecnológica.
- Decreto nº 5.154 de 2004.
- Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei de criação dos Institutos Federais).
- Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012, define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG de (2019-2023).

Paralelamente a apresentação dos documentos regulatórios da EPT, a construção do material apresentava os seus princípios norteadores, à medida que estes se enunciavam no texto da lei, o material construído dava destaque à eles explicitando suas conceituações. Dessa forma, o leitor poderia ser apresentado às leis e ao mesmo tempo adquirir a compreensão dos princípios norteadores anunciados por elas.

Os princípios norteadores, como a formação integrada, trabalho como princípio educativo, formação humana e unitária foram brevemente descritos, com a intenção de provocar ao leitor sua compreensão e para aqueles que se interessassem conhecer mais amplamente a posterior leitura dos autores trabalhados no texto. Nesse sentido, o objetivo da cartilha foi de trazer uma leitura geral das bases conceituais e leis da EPT, sem se tornar uma leitura cansativa para o leitor e abordando os autores e referências bibliográficas que poderiam trazer um aprofundamento maior à medida que despertasse o interesse daqueles que entrassem em contato com o material.

A roda de conversa, segunda parte do produto educacional, foi planejada com o objetivo de levar aos servidores, docentes e técnico-administrativos do IFG – Campus Itumbiara, um diálogo sobre o Ensino Médio Integrado. Durante a realização das entrevistas e suas análises foi percebido que a concepção da modalidade de ensino integrada, ainda não havia sido bem compreendida entre os pesquisados, concomitante, no momento da fase final desta pesquisa, o campus Itumbiara estava passando por uma discussão da Reformulação do Ensino Médio Integrado e elaborando o Perfil dos Egressos dos Cursos Técnicos Integrados, ou seja, definindo quais as competências o aluno egresso de um curso técnico integrado deveria possuir ao integralizar o curso.

A pesquisadora participou de duas reuniões com os professores e coordenadores dos cursos técnicos integrados em Química e Eletrotécnica, onde estavam sendo discutidos o perfil do egresso e a reformulação do currículo integrado para a implantação do Projeto Integrador.

Analisando este contexto, aliado a apresentação da cartilha, foi proposto a gestão do Campus Itumbiara, envolvendo a Direção Geral, Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas e Coordenação Pedagógica, a promoção de um momento de diálogo que abordasse o tema do Ensino Médio Integrado. Neste processo de discussão, a gestão do campus apoiou a ideia de aplicação do produto educacional neste formato e sugeriu a data da 2ª semana de Planejamento Pedagógico, que seria realizada nos dias 30 e 31 de julho de 2019.

Para cumprir este propósito, de promover um espaço de discussões que pudesse trazer experiências com a implantação do currículo integrado, que já estivessem em andamento e apresentando resultados positivos, foram convidados os professores coordenadores dos cursos técnicos integrados do IFGoiano, dos campi de Hidrolândia – GO, Trindade – GO, e o coordenador geral dos cursos técnicos integrados do IFGoiano. Estes gestores já possuíam estas experiências com a implantação do projeto integrador e se disponibilizaram em uma parceria entre as duas instituições IFGoiano e IFG, para falar sobre suas práticas de trabalho e experiências de gestão com o ensino integrado.

A realização da roda de conversa aconteceu no dia 31 de julho de 2019, no período vespertino, onde compareceram os docentes e técnico-administrativos que compõem o quadro de servidores do Departamento de Áreas acadêmicas, ou seja, os servidores da área pedagógica. Neste mesmo dia no período da manhã e da tarde, a cartilha impressa foi distribuída aos servidores e enviada via e-mail institucional aos servidores do campus.

Compareceram a roda de conversa intitulada “Relato das Experiências da Implantação do Currículo Integrado no IFGoiano”, os professores, Geraldo Pereira da Silva Júnior, Campus Trindade; Berto Rodrigo Marinho da Luz, Campus Hidrolândia e Paulo Silva Melo, Campus Hidrolândia, também estiveram presentes o Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho, orientador desta pesquisa e a própria mestrande e autora.

O evento foi filmado com a anuência dos participantes, para depois de sua posterior edição fazer parte de um vídeo de divulgação da EPT e do Ensino Médio Integrado. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/554379>

Na Roda de Conversa os professores puderam relatar suas experiências, trazendo exemplos de suas vivências com o projeto integrador, principalmente em relação à implantação do projeto que se iniciou no ano de 2012 no IFGoiano, os professores também trabalharam as questões do sombreamento das disciplinas e puderam trazer exemplos concretos da integração.

O evento teve duração de 1h e 40 minutos, além de relatar a forma como foram construindo a integração do currículo, também abriram espaço para perguntas dos participantes do Campus Itumbiara. As dúvidas dos servidores do Campus Itumbiara estavam relacionadas à como motivar os docentes a participarem efetivamente na construção do projeto integrador e em relação à reestruturação da matriz curricular, diminuindo a carga horária das disciplinas para promover a integração de fato.

As perguntas foram respondidas no sentido de que cada *campi*, cada instituição construiria seu caminho, apontado que a saída seria a promoção do diálogo constante entre gestão, docentes e equipe pedagógica, já que cada instituição tem uma cultura escolar específica. Nesse sentido, os professores do IFGoiano ressaltaram que não havia uma fórmula de como fazer, e que também não tinham a pretensão de dizer como deveria ser feito a realização deste trabalho de integração, mas que suas experiências estavam se constituindo e sendo aperfeiçoadas no dia a dia, ou seja, que eles também estavam aprendendo fazer.

A avaliação do Produto Educacional foi realizada no dia 06 de agosto de 2019 na sala de Reuniões da Direção Geral do Campus Itumbiara. Foram convidados os participantes da pesquisa, os gestores da área acadêmica e os coordenadores dos cursos técnicos integrados para realizar este processo. Compareceram um total de 10 pessoas. Dos participantes da pesquisa se ausentaram 03 docentes, sendo 02 da fase e implantação e 01 da fase pós-implantação. Todos os técnico-administrativos que responderam a pesquisa participaram da avaliação.

A avaliação foi realizada em formato de grupo focal e conduzida pelo orientador desta pesquisa Prof^o. Dr^o Marco Antônio de Carvalho, a pesquisadora tomou o papel de tomar nota das falas dos participantes e ser observadora do grupo.

Na condução deste processo o coordenador indagou aos participantes para que pudessem emitir juízo de valor em relação a apresentação e conteúdo da cartilha, solicitando que cada uma tivesse um momento de fala em relação às perguntas. As respostas dos participantes foram no geral positivas, de maneira que apreciaram o material realçando sua importância para o processo de formação em EPT. Como sugerem suas falas:

A cartilha reforça a necessidade de formação dos profissionais sobre a EPT, matérias da natureza da cartilha facilitam a formação desses profissionais (COORDENADOR DE CURSO TÉCNICO INTEGRADO, 2019).

Em relação a cultura em EPT, na prática a gente perde o contato com a EPT, a fundamentação da cartilha permite a retomada desse olhar, a cartilha instiga... (PEDAGOGA, FASE PÓS-IMPLANTAÇÃO, 2019).

A qualidade do material, em relação a sua apresentação, como a diagramação foi elogiada, e os participantes disseram considerar o material bastante didático, por proporcionar uma leitura leve e direta, ao apresentar as leis que regem a Educação, desde a Constituição Federal de 1988 até as leis mais específicas da EPT no Brasil, partindo do macro para o específico da EPT, até chegar ao PDI do IFG.

Chamou a atenção neste grupo a colocação de que o material poderia também ser apresentado aos alunos dos cursos técnicos e alunos do curso de Licenciatura. Para os alunos dos cursos técnicos, o avaliador entendeu que o contato com o material poderia proporcionar uma visão do que se trata da EPT e a formação integrada. Para o curso de Licenciatura em Química, a avaliadora considerou que o material poderia contribuir para a formação docente dos licenciados. Como podemos observar em sua fala:

A cartilha poderia ser incluída no curso de Licenciatura em Química, na disciplina de “Formação de Professores” (TÉCNICA-ADMINISTRATIVA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

Um dos gestores avaliou o material de forma positiva, dizendo compreender a proposta dos conceitos filosóficos da EPT, pois estão expostos em uma linguagem e sequência didática lógica e simples, de forma a cumprir com seu intuito didático de trazer uma breve noção dos conceitos e se tornar uma leitura de fácil acesso, realçando que o material poderia ser utilizado para a formação inicial em EPT dos docentes e técnico-administrativos.

Um dos coordenadores dos cursos técnicos integrados sugeriu que a cartilha pudesse ser aperfeiçoada posteriormente, possibilitando ao leitor uma maior interação digital, trazendo mais acessos às conceituações da EPT.

Como apontado na análise de dados desta pesquisa os participantes reafirmaram sofrer com a ausência de uma política de integração destinada à eles quando ingressaram na Instituição. Nesta perspectiva foi por eles relatado, que o conhecimento das leis e das bases conceituais da EPT ficam muitas vezes restrito ao momento em que se dedicam a preparação para o ingresso no serviço público, seja como docentes ou técnico-administrativos.

Assim, no âmbito geral a cartilha foi bem avaliada pelos participantes, suas falas sugerem que o material poderá contribuir para a formação continuada em EPT dos servidores do campus, trazendo uma melhor compreensão das leis e princípios norteadores da EPT, fortalecendo assim a identidade do campus. Para alguns participantes o campus tem uma identidade posta trazida pelas leis, mas que falta por parte dos servidores o conhecimento dessas, sendo que a cartilha pode contribuir para estes momentos de formação.

Também foi perguntado aos participantes do grupo focal sobre a promoção da Roda de Conversa, se esta contribuiu de alguma forma e como eles a avaliaram. Um dos gestores presentes chamou a atenção para a tarefa de motivar os docentes a contribuir e participar efetivamente da construção do projeto. Para um outro professor, o projeto só irá acontecer se todos de se conscientizarem, compreenderem a concepção dos cursos técnico-integrados, realçando que seria uma questão de “trazer os jogadores para o time”, para ele muitos professores não querem dar aula nos cursos integrados, expressando uma preferência por lecionar nos cursos superiores.

Nesse momento da discussão, novamente foi trazido ao grupo à questão da identidade institucional, que mesmo havendo uma identidade posta pelas leis que regulamentam a EPT, existem internamente identidades individuais que entram em campos de disputa com esta identidade, hora por desconhecimento dos objetivos institucionais, hora por concepções aprendidas e estabelecidas como as ideias para a efetivação da EPT. Para um dos gestores presentes, momentos de formação podem contribuir para a construção desta identidade.

As experiências trazidas na Roda de Conversa, no Campus Trindade, que também ofertam cursos na área da Indústria, puderam conscientizar o público da nossa identidade de lutar pela instituição (GESTOR DA ÁREA DE ACADÊMICA, 2019).

Foram também relatadas as expectativas dos alunos que ingressam nos cursos técnicos integrados, muitos destes acreditando ser a proposta da instituição ofertar um ensino preparatório para o ENEM e vestibulares, não compreendendo a concepção da formação integrada.

A avaliação da aplicação do produto educacional em formato de cartilha da EPT e promoção da Roda de Conversa foi avaliada de forma positiva pelos participantes do grupo focal. Para os componentes do grupo a cartilha poderá ser utilizada nos momentos de formação em EPT, seja ela inicial e continuada. Como sugere a fala da participante:

A cartilha abre espaço para institucionalizar a formação do servidor, tendo a formação continuada como uma busca de todos (PEGADOGA, FASE DE IMPLANTAÇÃO, 2019).

A cartilha da EPT está apresentada na íntegra nos anexos deste trabalho e, posteriormente a defesa desta pesquisa de mestrado será anexada no repositório da Capes (EduCapes), este produto educacional também será composto pelo vídeo intitulado: “Relatos e experiências da EPT e Ensino Médio Integrado”, o vídeo conta com a edição das imagens e pontos relevantes da Roda de Conversa, assim como depoimentos sobre as concepções e perspectivas de docentes e técnico-administrativos do IFG – Campus Itumbiara.

A edição do vídeo, juntamente com a apresentação da cartilha da EPT tiveram como propósito aproximar os servidores, sejam eles técnico-administrativos, docentes, assim como a comunidade escolar, das leis e princípios norteadores da EPT.

Os relatos dos professores convidados, retrataram os pontos fortes das experiências com a implantação do currículo integrado no IFGoiano, podendo contribuir com o expectador no seu processo de formação sobre a formação integrada, dos seus desafios e possibilidades.

Os depoimentos dos servidores apontaram para suas percepções sobre esta modalidade de ensino, podendo levar uma mensagem ao público externo do que a

educação profissional e tecnológica representa e quais possibilidades este tipo de formação poderia proporcionar aos seus alunos.

Este conjunto de materiais, cartilha e vídeo serão cedidos à instituição como possível material de formação para os novos servidores, servidores em exercício, assim como material de divulgação sobre os cursos técnicos integrados e educação profissional para a comunidade externa. Acredita-se que a apresentação deste produto junto aos professores e alunos do ensino fundamental das escolas públicas poderá constituir uma concepção sobre a EPT e facilitar, divulgar e promover a busca por formação no ensino médio integrado.

REFERÊNCIAS

- BALDINO, José Maria & DONENCIO, Maria Conceição Barbosa. **O habitus professoral na constituição das práticas pedagógicas.** Polyphonia, v.25/1, jan./jun.2014
- BERGER FILHO, Ruy Leite. **Educação Profissional no Brasil: novos rumos.** Revista Ibero Americana. Número 20, mai./ago. 1999. Disponível: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie20a03.htm>. Acesso em 17 de set. de 2019
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974
- BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades do campo.** In: BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Pierre Bourdieu/Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço da teoria da prática.** In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu/Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Trad. Paula Monteiro. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Beltrand Brasil. Cap. III – A gênese do conceito de habitus e de campo, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República: [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.
- BRASIL. **A Expansão da Rede Federal.** Portal da Rede Federal de Educação Profissionalizante, Científica e Tecnológica. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22 de out. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 4.244 de 09 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de out.2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.529** Decreto nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de out. de 2019

BRASIL. **Decreto nº 9.613 de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: [1971]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em 25 nov. 2018.

Brasil, Conselho Federal de Educação. Parecer nº 76 de 975. Aprovado em 21 de janeiro de 1975. Documenta, Brasília, nº 170, p. 24-50, jan.,1975. O Ensino de 2º grau na Lei 5.692/71. Não encontrei disponível na integra

BRASIL. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino médio de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF:11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em 02 de out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República:

[1997]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL. Portaria nº 646 de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em 22 de out. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 12 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: [1971]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em 25 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 20 nov. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB N° 16 de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf Acesso em 22 de out.2019

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Goiânia, GO: 2019. Instituto Federal de Goiás. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf . Acesso em 05 de jul. 2019.

BRASIL. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília/DF: 2012d. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 23 mai. 2018.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016.** Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília/DF: 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em 25 jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: 20 de setembro de 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 mai. 2018.

BRASIL, DOCUMENTO BASE- MEC - **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**, Nov(2007) disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf >Acesso janeiro de 2012.

CAPES. **Mestrado Profissional: o que é?** Disponível: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 22 de out. de 2019. CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história-debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em 01 mar. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DELLAGNELO, E; SILVA, R. C. Análise de Conteúdo e sua aplicação em pesquisa em administração in Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FLEURY, M. Teresa L. (Org.) **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1992.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: uma guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Gabriel Gonçalves; ROCHA, Zenaide de Fátima Dante Correia; GUERRINI, Daniel. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: **estudo preliminar das contribuições.** *Revista Polyphonia*, Goiânia, v. 28, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/52761> Acesso em 25 jul.2019.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do decreto nº 5.154: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Trabalho necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: orumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/CIAVATTAFRIGOTTORAMOS.pdf. Acesso em 22 de out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.1, p. 9-44, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOCATELLI, A.; ROSA, C. T. W. **Produtos Educacionais: características da atuação docente retratada na I Amostra Gaúcha**. Polyphonia, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 197-210, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/52761>. Acesso em 25 jul.2019.

LÜDKE, Menga Alves; ANDRÉ, Marli. E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: Perspectivas Históricas e Desafios Contemporâneos. In: Moura, Dante Henrique (Org.) **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p.347-362.

MANZINI, José Eduardo. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MOREIRA, Marco Antônio. **O mestrado (profissional) em ensino**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 1, n. 1. p. 131-142, 2004.
- MOREIRA, Marco Antônio; NARDI, Roberto. **O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia. V. 02, nº 02, mai-ago 2009. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/549>. Acesso em: 15 de jun. 2019.
- MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios**. In: Moura, Dante Henrique (Org.) **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p.141- 200.
- MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>> Acesso em 12 de jan. 2018.
- MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração**. *Revista Holos*, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em 20 de set. 2017.
- NÓVOA, Antonio (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998. É 1998.
- OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. **Cultura Escolar: Revisando Conceitos**. RBPAE- Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 19, nº 02, jul/dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/25445/14788>. Acesso em 25 jul.2019.
- PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e Tecnológica**. Brasil:2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 05 jul 2019.
- PEREIRA, Elaine Ap. Teixeira. **O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira**. Revista Linhas. Vol. 16, nº 32, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/1673938/Downloads/4423-21239-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/1673938/Downloads/4423-21239-1-PB%20(1).pdf) Acesso em 22 de out. 2019.
- RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino médio integrado**. Rio Grande do Norte, ago./2007. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.
- RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em : <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e->

pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf Acesso em 18 de set de 2018.

RAMOS, Marise. Possibilidades e Desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, José. **A educação politécnica**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Educacao_Politecnica_.pdf>. Acesso em 01 set. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v.12, n.32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SOUZA, Leigh Maria. **Cultura escolar e habitus professoral em uma instituição de educação profissional agrícola**. Goiânia-GO: PUC-GO, 2012. Tese de (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria de habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. V. 20, Maio/Jun/Jul/Ago/2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>. Acesso em 20 de mar. 2019.

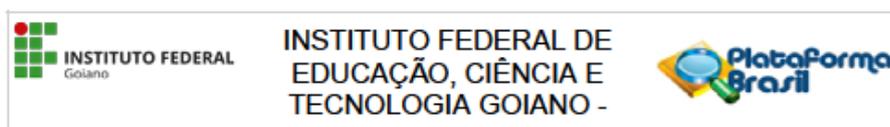
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/02/o-estudo-de-caso-como-modalidade-de.html> Acesso em 19 jun de 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa científica em administração**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico. *Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação)*, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000 VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf> Acesso em 22 de out. de 2019.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás - Campus Itumbiara

Pesquisador: ANA PAULA ARAUJO MARTINS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 98560818.5.0000.0036

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.061.807

Apresentação do Projeto:

Relata-se: "O presente estudo se propõe a conhecer a cultura escolar do Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara, através de um estudo de caso, identificando os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes nesta cultura, comparando a percepção dos servidores técnicos administrativos e docentes que ingressaram na instituição em sua fase de implantação (primeiros 05 anos) e dos que ingressaram pós-fase de implantação. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam neste campus, nos possibilitaria analisar, se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica."

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se que:

Objetivo Primário:

"Investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara.

Objetivos secundários:

- Identificar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar do IFG – Campus

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

Itumbiara.

• Comparar a existência dos princípios norteadores da EPT na cultura escolar da fase de implantação do IFG – Campus Itumbiara com a cultura escolar atual."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se: Considera-se que toda pesquisa qualitativa que envolva seres humanos exista a possibilidade de risco. Risco é a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Aos sujeitos envolvidos na pesquisa, será garantida a participação voluntária, a privacidade e a confidencialidade das informações. Para tanto o roteiro da entrevista será enviado previamente ao CEP do IFGoiano para a aprovação de seu uso científico. Somente após essa etapa haverá qualquer coleta de dados. Caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas na entrevista, os participantes terão local reservado e confortável para respondê-las e liberdade para não responder a possíveis questões constrangedoras e terão acesso aos dados individuais coletivos. Os riscos inerentes aos participantes são tomar tempo do sujeito ao responder a entrevista, assim como cansaço ou compartilhamento de dados individuais e coletivos. Será assegurada a inexistência de conflito de interesses entre a pesquisadora e os participantes. Caso os sujeitos venham a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no TCLE, haverá garantida assistência e indenização.

Parecer: Atende a legislação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1- Objeto da pesquisa:

Relata-se: "O estudo que se pretende desenvolver está alinhado à pesquisa sobre a presença desses princípios norteadores na cultura escolar da instituição. Pretende-se verificar se os profissionais que atuam como técnico-administrativos e docentes conhecem os princípios teóricos norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica). Quais os fatores motivacionais que levam estes a comporem a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, como estes se sentem partes integrantes da Rede Federal e que como descrevem a cultura escolar desta."

Parecer: Atende a legislação.

2- Justificativa

Relata-se: "A pesquisa proposta pretende analisar os conhecimentos sobre os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. O referido campus oferta três cursos na modalidade técnico integrado ao

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

ensino médio, sendo Eletrotécnica e Química e Agroindústria na modalidade EJA, técnico subsequente em Eletrotécnica, bacharelado em Engenharia Elétrica e Engenharia de Controle e Automação e Licenciatura em Química. O campus Itumbiara foi fundado 2008, fazendo parte da 2ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A relevância da pesquisa pode ser observada no fato dos estudos sobre a educação profissional e tecnológica, mesmo sendo abordada por vários autores, como descrito na introdução deste projeto, ainda não temos recortes específicos sobre a prática escolar e relações sociais vivenciadas na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam neste campus, nos possibilitaria avaliar, se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa poderá contribuir para o Campus Itumbiara, no sentido de avaliar se a cultura escolar caminha para uma proposta de formação unitária, omnilateral e integral de seus educandos, identificar a presença destes princípios na prática pedagógica e nas ações institucionais poderá nos apontar se os servidores do campus conhecem estes princípios e como os relacionam as suas práticas docentes e ações dos profissionais para os que são técnico-administrativos. Como técnica-administrativa do IFG – Campus Itumbiara, ocupante do cargo de psicóloga, tendo atuado na área de recursos humanos e área acadêmica do campus, pude perceber nos últimos anos, que os profissionais que atuam na instituição, tanto docentes e técnicos-administrativos, não têm uma identidade

com a missão dos institutos federais, com a concepção de educação profissional e tecnológica, quando passam a fazer parte integrante da instituição não recebem uma formação continuada ou treinamento para que possam assimilar a identidade e a cultura institucional, assim vão perpetuando as visões, as formas de atuar das escolas em que atuaram anteriormente ou mesmo daquelas que os formaram.

Identificar os conhecimentos sobre a EPT, presentes nesta cultura escolar, poderá construir uma identidade mais forte dos servidores da instituição, o que poderia contribuir para uma prática pedagógica mais efetiva, no sentido de conhecer os alunos em sua realidade sócio-cultural e proporcionar a almejada formação unitária e integral, que só é possível se os servidores estiverem alinhados com os princípios norteadores da EPT. Acredita-se que com o fortalecimento dessa identidade,

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgolango.edu.br

Página 03 de 11

Continuação do Parecer: 3.051.807

poderíamos propor ações mais abrangentes para a permanência escolar, nos aspectos pedagógicos, sociais e culturais.

Parecer: Atende a legislação

3 - Justificativa:

"Objetivo Geral

Investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara.

Parecer: Atende a legislação

Objetivos Específicos

- Identificar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara.
- Comparar a existência dos princípios norteadores da EPT na cultura escolar da fase de implantação do IFG – Campus Itumbiara com a cultura escolar atual.
- Desenvolver o produto educacional, baseado na análise do estudo de caso, dos saberes da EPT, presentes na cultura escolar dos profissionais que integram o quadro de servidores."

Parecer: Atende a legislação.

4 LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Goiás - Campus Itumbiara, especificamente com docentes de técnicos-administrativos que estiveram presentes na fase da implantação do campus, de setembro de 2009 à setembro de 2014 (primeiros cinco anos) e com aqueles que ingressaram à partir desta data, até os dias de hoje, terá a duração de aproximadamente 8 meses após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Goiás – CEP.

Como se trata de um estudo qualitativo no campo educacional, que utilizará a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, será necessário a utilização de uma sala reservada para o estudo e análise dos dados coletados e com acesso à internet.

A fase final da pesquisa se dará com a defesa da dissertação junto ao Instituto Federal de Goiás – Campus Morrinhos.

Parecer: Atende a legislação.

5 POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são:

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

- Grupo 1 - docentes e técnicos administrativos que estavam presentes na fase de implantação do IFG – Campus Itumbiara.

- Grupo 2 - docentes e técnicos administrativos do IFG – Campus Itumbiara que ingressaram após a fase de implantação, até os dias atuais.

Parecer: Atende a legislação

5- METODOLOGIA

Para a realização da proposta da pesquisa apresentada utilizaremos a abordagem de metodologia qualitativa, que conforme Minayo (2008) neste tipo de pesquisa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

Para cumprir esta proposta adotaremos a modalidade estudo de caso, com o objetivo de analisar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar da fase de implantação e da fase atual na concepção dos servidores do IFG – Campus Itumbiara.

Segundo Gil (2008) estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou, de poucos objetos de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Parecer: Atende a legislação

6- Recrutamento

A seleção da amostra, para a realização das entrevistas semiestruturadas, será delimitada em (02) dois grupos de servidores docentes e técnico-administrativos: grupo 1 – servidores que foram os responsáveis pelo início das atividades de funcionamento deste campus, analisando os primeiros servidores a atuar na área administrativa, gestão e docência, que participaram da fase de implantação (primeiros cinco anos de funcionamento do campus); grupo 2 - servidores que ingressaram na instituição após essa fase, até os dias atuais.

Os sujeitos participantes da entrevista serão abordados de forma individual e receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tendo como objetivo geral da pesquisa investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na cultura escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus

Endereço: Rua 88, n°280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgolang.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

Itumbiara,

será realizado um levantamento sobre aqueles que foram os responsáveis pelo início das atividades de funcionamento deste campus, analisando os primeiros servidores a atuar na área administrativa, gestão e docência, que participaram da fase de implantação, o outro grupo de servidores a ser comparado será composto por servidores que ingressaram na instituição após essa fase, até os dias atuais, através da data de entrada em exercício no IFG – Campus Itumbiara, esta informação será obtida junto a Coordenação de Recursos Humanos deste campus, no período de setembro de 2009 à 2018. O recrutamento/seleção dos participantes será realizado por meio de contato prévio e agendamento da entrevista com respectivos esclarecimentos e informações sobre a pesquisa, assim como da entrevista a ser realizada. O participante deverá realizar a leitura do termo e assinar o campo "aceito participar", e a seguir participar da entrevista.

Parecer: Atende a legislação

7. Instrumentos de Coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados adotados na pesquisa serão a pesquisa bibliográfica, com o intuito de melhor compreender a história e os princípios norteadores da EPT no Brasil, assim como analisar estes princípios presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara.

Segundo Marconi & Lakatos (2010), este tipo de pesquisa tem como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito, sobre determinado assunto, propiciando o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A análise dos registros das datas de entrada em exercício dos servidores do IFG – Campus Itumbiara, nos documentos da Coordenação de Recursos Humanos, constituirá a pesquisa in loco, para levantamento daqueles sujeitos que são considerados peças chaves para a implantação do campus e daqueles pós-implantação. Depois de serem escolhidos os sujeitos, serão realizadas as entrevistas semiestruturadas, os grupos de servidores que participaram da fase de implantação e dos servidores pós-fase de implantação, assinarão os termos de consentimento (TCLE) e responderão a entrevista.

De acordo com Marconi & Lakatos (2010), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, sendo que na entrevista semiestruturada, segundo Manzini (1990/1991) o roteiro da entrevista deve ser organizado com perguntas básicas, de modo

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgolan.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

a permitir que sejam contempladas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, podendo fazer emergir informações de forma mais livre, desvinculadas de alternativas que possam ser sugeridas pelo roteiro utilizado, permitindo que os entrevistados fiquem mais à vontade.

O roteiro da entrevista a ser aplicado será previamente submetido para a avaliação e validação do Comitê de

Ética e Pesquisa do IFGoiano, nos termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

8. Análise de dados coletados

A pesquisa será baseada na análise qualitativa dos dados bibliográficos levantados, assim como no estudo de caso desses dados, que serão analisados e interpretados a fim de responder a proposta inicial.

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir à pesquisas com diferentes propósitos. Em se tratando deste estudo com os servidores do IFG – Campus Itumbiara, escolheu-se esta modalidade no segundo momento da pesquisa, para descrever o contexto em que se constitui a cultura escolar da fase de implantação até a cultura escolar atual.

9. Produto Educacional

De acordo com os resultados obtidos será proposto um produto educacional para o quadro de servidores, técnico-administrativos e docentes do Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara, através da apresentação de um Seminário e cartilha em formato de folder para os servidores do campus. Neste Seminário abordaremos as bases teóricas e conceituais que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica, assim como, as questões apontadas pelos sujeitos da pesquisa, sendo estas no sentido de contribuir para a formação inicial daqueles que ainda não tem conhecimento deste referencial teórico e para aqueles que já apresentam um conhecimento prévio, podemos estar contribuindo para sua formação continuada, ou seja, para seu desenvolvimento profissional, além do folder que trará como conteúdo os princípios de bases da EPT.

Depois realizada a aplicação do produto em formato de seminário, será proposto aos docentes que deste participarem, um questionário avaliativo com objetivo de avaliar se houve a contribuição dos conhecimentos dos saberes em EPT.

Parecer: atende a legislação

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1- Folha de rosto

Parecer: Atende a legislação.

2- TCLE:

A) Justificativa, objetivos e procedimentos metodológicos:

Parecer: Atende a legislação:

B) Desconforto, riscos e benefícios:

Parecer: Atende a legislação

C) esclarecimento:

Relata-se: "Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. "

Parecer: Atende a legislação.

D) garantia de liberdade de recuso

Relata-se: "Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade."

Parecer: Atende a legislação.

E) Garantia de sigilo e privacidade:

Relata-se: "Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo."

Parecer: Atende a legislação.

F) garantia do recebimento do TCLE (vias e não cópias);

Relata-se: ... "Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. "

Parecer: Atende a legislação

G) Explicação da garantia de ressarcimento.

Relata-se: "Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer

Endereço: Rua 88, n°280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.051.807

vantagem financeira. "

Parecer: Atende a legislação

H) Garantia de indenização e danos eventuais:

Relata-se: "Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo."

Parecer: Atende a legislação

i) dados de contato do pesquisador e do CEP.

Relata-se: "Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ANA PAULA ARAÚJO MARTINS por meio do telefone: (64) 9 8148-3498 ou pelo e-mail anapaulaaramar@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo email: cep@ifgoiano.edu.br. "

Parecer: Atende a legislação.

J) Parecer: atende a legislação

K) Parecer: Atende a legislação

3- Termo de compromisso:

Parecer: Atende a legislação.

4- Termo de anuência das instituições coparticipantes.

Parecer: Atende a legislação

5- O projeto detalhado:

Parecer: Atende a legislação

6 - Guarda e descarte de documentos:

Relata-se: " O tempo de guarda dos documentos será de cinco anos, o cuidado e a utilização das informações serão apenas para o cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa. O descarte dos documentos digitais será realizado permanentemente através da exclusão dos arquivos e os documentos físicos serão picotados em máquina e incinerados."

Parecer: Atende a legislação

Recomendações:

- Foi feita adequação no roteiro de entrevista.

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 3.061.807

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1221076.pdf	01/11/2018 19:53:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Principios_norteadores_da_EPT_presents_na_cultura_escolar_do_IFG_pendencias_cronograma.doc	01/11/2018 18:02:28	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	resposta_as_pendencias.docx	01/11/2018 17:52:47	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Principios_norteadores_na_EPT_presents_na_cultura_organizacional_do_IFG.doc	01/11/2018 16:07:25	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ASSINADO_CORRIGIDO.PDF	25/10/2018 14:13:33	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_assinada.pdf	14/09/2018 16:12:44	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ENTREVISTA_COM_SERVIDORES.docx	14/09/2018 16:11:37	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	14/09/2018 16:11:04	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Lattes_Marco_Antonio.pdf	14/09/2018 16:09:56	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Lattes_Ana_Paula_Martins.pdf	14/09/2018 16:08:24	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ASSINADO.pdf	14/09/2018 16:07:19	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -



Continuação do Parecer: 3.061.807

Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	14/09/2018 16:05:29	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	-----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 06 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Roberto Takashi Sanda
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Página 11 de 11



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás - Campus Itumbiara

Pesquisador: ANA PAULA ARAUJO MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 98560818.5.3001.8082

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.217.808

Apresentação do Projeto:

Relata-se: "O presente estudo se propõe a conhecer a cultura escolar do Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara, através de um estudo de caso, identificando os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes nesta cultura, comparando a percepção dos servidores técnicos administrativos e docentes que ingressaram na instituição em sua fase de implantação (primeiros 05 anos) e dos que ingressaram pós-fase de implantação. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam neste campus, nos possibilitaria analisar se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara."

Objetivo Secundário:

• "Identificar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara.

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

- Comparar a existência dos princípios norteadores da EPT na cultura escolar da fase de implantação do IFG – Campus Itumbiara com a cultura escolar atual.
- Desenvolver o produto educacional, baseado na análise do estudo de caso, dos saberes da EPT, presentes na cultura escolar dos profissionais que integram o quadro de servidores.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se: “Considera-se que toda pesquisa qualitativa que envolva seres humanos exista a possibilidade de risco. Risco é a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Aos sujeitos envolvidos na pesquisa, será garantida a participação voluntária, a privacidade e a confidencialidade das informações. Para tanto o roteiro da entrevista será enviado previamente ao CEP do IFGoiiano para a aprovação de seu uso científico. Somente após essa etapa haverá qualquer coleta de dados. Caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas na entrevista, os participantes terão local reservado e confortável para respondê-las e liberdade para não responder a possíveis questões constrangedoras e terão acesso aos dados individuais coletivos. Os riscos inerentes aos participantes são tomar tempo do sujeito ao responder a entrevista, assim como cansaço ou compartilhamento de dados individuais e coletivos. Será assegurada a inexistência de conflito de interesses entre a pesquisadora e os participantes. Caso os sujeitos venham a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no TCLE, haverá garantida assistência e indenização.

Entende-se como benefícios a contribuição no campo da pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica, conhecer a cultura escolar em EPT, a identidade e os saberes dos pesquisados em EPT, podendo contribuir para suas práticas de trabalho.”

Parecer: Atende a legislação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Tema e Objeto da Pesquisa:

Relata-se: “O estudo que se pretende desenvolver está alinhado à pesquisa sobre a presença desses princípios norteadores na cultura escolar da instituição. Pretende-se verificar se os profissionais que atuam como técnico-administrativos e docentes conhecem os princípios teóricos norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica). Quais os fatores motivacionais que levam estes a comporem a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, como estes se sentem partes integrantes da Rede Federal e que como descrevem a cultura escolar desta.”

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658
Bairro: SETOR OESTE CEP: 74.130-012
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3612-2237 E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

Parecer: Atende a legislação.

2. Relevância Social:

Relata-se: "A pesquisa proposta pretende analisar os conhecimentos sobre os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) presentes na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. O referido campus oferta três cursos na modalidade técnico integrado ao ensino médio, sendo Eletrotécnica e Química e Agroindústria na modalidade EJA, técnico subsequente em Eletrotécnica, bacharelado em Engenharia Elétrica e Engenharia de Controle e Automação e Licenciatura em Química. O campus Itumbiara foi fundado 2008, fazendo parte da 2ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A relevância da pesquisa pode ser observada no fato dos estudos sobre a educação profissional e tecnológica, mesmo sendo abordada por vários autores, como descrito na introdução deste projeto, ainda não temos recortes específicos sobre a prática escolar e relações sociais vivenciadas na cultura escolar do IFG – Campus Itumbiara. Como a cultura escolar é específica de cada instituição, entender como essas relações com os princípios norteadores da EPT se processam neste campus, nos possibilitaria avaliar, se os comportamentos, ritos e práticas pedagógicas, culminam para o cumprimento da missão do IFG – Campus Itumbiara, enquanto instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa poderá contribuir para o Campus Itumbiara, no sentido de avaliar se a cultura escolar caminha para uma proposta de formação unitária, omnilateral e integral de seus educandos, identificar a presença destes princípios na prática pedagógica e nas ações institucionais poderá nos apontar se os servidores do campus conhecem estes princípios e como os relacionam as suas práticas docentes e ações dos profissionais para os que são técnico-administrativos.

Como técnica-administrativa do IFG – Campus Itumbiara, ocupante do cargo de psicóloga, tendo atuado na área de recursos humanos e área acadêmica do campus, pude perceber nos últimos anos, que os profissionais que atuam na instituição, tanto docentes e técnicos-administrativos, não têm uma identidade com a missão dos institutos federais, com a concepção de educação profissional e tecnológica, quando passam a fazer parte integrante da instituição não recebem uma formação continuada ou treinamento para que possam assimilar a identidade e a cultura institucional, assim vão perpetuando as visões, as formas de atuar das escolas em que atuaram anteriormente ou mesmo daquelas que os formaram.

Identificar os conhecimentos sobre a EPT, presentes nesta cultura escolar, poderá construir uma identidade mais forte dos servidores da instituição, o que poderia contribuir para uma prática

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

pedagógica mais efetiva, no sentido de conhecer os alunos em sua realidade sócio-cultural e proporcionar a almejada formação unitária e integral, que só é possível se os servidores estiverem alinhados com os princípios norteadores da EPT. Acredita-se que com o fortalecimento dessa identidade, poderíamos propor ações mais abrangentes para a permanência escolar, nos aspectos pedagógicos, sociais e culturais.”

Sem parecer.

3. Metodologia

Relata-se: “Para a realização da proposta da pesquisa apresentada utilizaremos a abordagem de metodologia qualitativa, que conforme Minayo (2008) neste tipo de pesquisa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

Para cumprir esta proposta adotaremos a modalidade estudo de caso, com o objetivo de analisar os princípios norteadores da EPT, presentes na cultura escolar da fase de implantação e da fase atual na concepção dos servidores do IFG – Campus Itumbiara.

Segundo Gil (2008) estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou, de poucos objetos de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.”

3.1 Local da Realização da Pesquisa

Tendo como objetivo geral da pesquisa investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na cultura escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara, será realizado um levantamento sobre aqueles que foram os responsáveis pelo início das atividades de funcionamento deste campus, analisando os primeiros servidores a atuar na área administrativa, gestão e docência, que participaram da fase de implantação, o outro grupo de servidores a ser comparado será composto por servidores que ingressaram na instituição após essa fase, até os dias atuais, através da data de entrada em exercício no IFG – Campus Itumbiara, esta informação será obtida junto a Coordenação de Recursos Humanos deste campus, no período de setembro de 2009 à 2018. O recrutamento/seleção dos participantes será realizado por meio de contato prévio e agendamento da entrevista com respectivos esclarecimentos e informações sobre a pesquisa, assim como da entrevista a ser realizada. O participante deverá realizar a leitura

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer: 3.217.806

do termo e assinar o campo "aceito participar", e a seguir participar da entrevista.

3.2 População a ser estudada:

Os sujeitos da pesquisa serão:

A seleção da amostra, para a realização das entrevistas semiestruturadas, será delimitada em (02) dois grupos de servidores docentes e técnico-administrativos: grupo 1 – servidores que foram os responsáveis pelo início das atividades de funcionamento deste campus, analisando os primeiros servidores a atuar na área administrativa, gestão e docência, que participaram da fase de implantação (primeiros cinco anos de funcionamento do campus); grupo 2 - servidores que ingressaram na instituição após essa fase, até os dias atuais.

Parecer: Atende a legislação.

4. Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

Relata-se: "P Prezado(a) servidor(a)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT, PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR: Um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás, campus Itumbiara". Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ANA PAULA ARAÚJO MARTINS por meio do telefone: (64) 9 8148-3496 ou pelo e-mail anapaulaaramar@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pela necessidade de pesquisas na área da Educação Profissional e

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Página 05 de 12

Continuação do Parecer: 3.217.806

Tecnológica (EPT). Assim, ela se justifica no sentido de avaliar se a cultura escolar caminha para uma proposta de formação unitária e integral de seus educandos, identificando a presença dos princípios norteadores da EPT na prática pedagógica e nas ações institucionais.

O objetivo desse projeto é investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara.

Para a coleta de dados será aplicada uma entrevista semiestruturada visando verificar a presença desses princípios na cultura escolar da instituição pesquisada. A entrevista contará com um roteiro de perguntas básicas, de modo a permitir que sejam contempladas por outras questões que surjam no momento da entrevista.

Desconfortos, riscos e benefícios

Os riscos inerentes a você, participante da pesquisa, podem relacionar-se ao desconforto pela disposição do tempo para responder os questionários ou mesmo insegurança com relação a suas respostas.

Os benefícios oriundos de sua participação serão diretos e indiretos, pois estará contribuindo para a pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica e com objetivo de conhecer a cultura escolar em EPT, a identidade e os saberes dos pesquisadores em EPT, poderá contribuir para as práticas de trabalho.

Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Além do telefone e e-mail disponibilizados, caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado de forma individualizada e em ambiente particular, visando sua resolução.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT, PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR: Um estudo de caso do Instituto Federal de Goiás, campus Itumbiara", de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento."

Parecer: Atende a legislação

4.1. Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

Relata-se: "A presente pesquisa por envolver seres humanos, em observância às diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do ministério da Saúde (CNS, 2012), atenderá aos aspectos éticos abaixo relacionados:

- . Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP) para verificação dos aspectos éticos e legais e para assegurar a proteção necessária aos participantes envolvidos em pesquisas científicas.
- . Consentimento dos sujeitos pesquisados – será realizado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como forma de garantir aos sujeitos pesquisados: esclarecimento dos objetivos e procedimentos da pesquisa, participação voluntária, liberdade de recusa, direito de retirarem o consentimento sem nenhuma penalização, garantia de sigilo, privacidade e preservação das identidades (anonimato) dos participantes.
- . Propriedade dos dados e divulgação dos resultados: o TCLE resguardará ainda ao autor da pesquisa a propriedade e a legalidade da divulgação pública dos resultados.
- . O tempo de guarda dos documentos será de cinco anos, o cuidado e a utilização das informações serão apenas para o cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa. O descarte dos documentos digitais será realizado permanentemente através da exclusão dos arquivos e os

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

documentos físicos serão picotados em máquina e incinerados..”

Parecer: Atende a legislação

4.6. Critérios de Inclusão e Exclusão:

Relata-se: “Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, o critério de seleção da amostra será não probabilística intencional, que segundo Gil (2010), quando o pesquisador seleciona uma parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que se pretende estudar. Para isso, serão selecionados os servidores que fizerem parte do período de implantação e pós-implantação.

Poderão ser excluídos da pesquisa os participantes que manifestarem desinteresse em participar do estudo.”

Parecer: Atende a legislação.

4.7. Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:

Relata-se: “O pesquisador responsável pelo estudo se compromete a suspender a pesquisa, em situações que coloquem em risco os sujeitos participantes da mesma.”

Sem parecer.

4.8. Resultados do Estudo:

Relata-se: “O pesquisador responsável assume o compromisso de divulgar e publicar todos os resultados obtidos, sendo esses os esperados ou não, assim como tem resguardado o direito da divulgação dos resultados da pesquisa.”

Sem parecer.

4.9. Divulgação dos Resultados:

Relata-se: “Durante a realização da pesquisa serão divulgadas partes do estudo e resultados encontrados, através da participação de congressos, seminários, simpósios entre outros eventos desta natureza. Ao final, os resultados serão publicados e divulgados junto à instituição pesquisada, assim como a publicação em periódicos e em eventos científicos da área educacional.”

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

Sem parecer.

4.10. Cronograma

Parecer: Atende a legislação

4.11. Orçamento

Parecer: Atende a legislação

12. Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa.

Parecer: Atende a legislação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto:

Parecer: Devidamente preenchido

2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

a) justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;

Parecer: Atende a legislação

b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação e apresentação das providências para reduzir esses efeitos, além dos benefícios esperados;

Parecer: Atende a legislação

c) esclarecimento sob a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa;

Parecer: Atende a legislação

d) garantia de liberdade de recusa de participação e/ou retirada da pesquisa sem penalizações;

Parecer: Atende a legislação

e) garantia de sigilo e privacidade;

Parecer: Atende a legislação

f) garantia do recebimento do TCLE (em vias e não em cópias);

Parecer: Atende a legislação

g) explicitação da garantia do ressarcimento;

Parecer: Atende a legislação

h) garantia de indenização diante de danos eventuais;

Parecer: Atende a legislação

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

i) dados de contato do pesquisador e do CEP.

Parecer: Atende a legislação

3. Termo de Compromisso:

Parecer: Atende a legislação

4. Termos de Anuência da Instituição Coparticipante:

Parecer: Atende a legislação

5. O projeto detalhado:

Parecer: Devidamente preenchido

6. Os termos e documentos anexados foram:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado - TCLE

Currículo Lattes dos pesquisadores

Termo de Anuência da Instituição Coparticipante da pesquisa.

Roteiro para entrevista

Termo de compromisso

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado e corrigido - TCLE

Projeto de pesquisa detalhado

Resposta à pendências

Orçamento da pesquisa

Folha de rosto

Informações Básicas do Projeto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Parecer Aprovado:

Prezada Pesquisadora, o CEP IFG aprova seu projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado pesquisador, o CEP/IFG APROVA o projeto de pesquisa "Princípios norteadores da EPT presentes na cultura escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás - Campus Itumbiara", CAAE: 98560818.5.3001.8082.

Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação, via

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658	CEP: 74.130-012
Bairro: SETOR OESTE	
UF: GO Município: GOIANIA	
Telefone: (62)3612-2237	E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

Plataforma Brasil.

É imprescindível que, ao final da pesquisa, seja submetido o relatório final via Plataforma, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013. Segundo essa normativa, o prazo para o envio do relatório final será de, no máximo, 60 dias após o término da pesquisa. O modelo do relatório final está disponível no site do CEP/IFG.

Conforme preconizado pela Resolução CNS nº 466/2012 é preciso: "f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa".

Em caso de submissão de novos projetos de pesquisa, os documentos somente serão aceitos se estiverem em conformidade com os modelos disponíveis no site do CEP/IFG:
<https://www.ifg.edu.br/comites/cep?showall=&start=4>

Atenciosamente,

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG

Site: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep?showall=&limitstart=>

Horário de Funcionamento: de 14h às 18h

Telefone: (62) 3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1272221.pdf	30/01/2019 14:33:46		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Principios_norteadores_na_EPT_presentes_na_cultura_escolar_do_IFG_comite_IFG.doc	30/01/2019 12:14:52	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_IFG.pdf	30/01/2019 11:20:32	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Orçamento	orcamento_da_pesquisa.pdf	24/01/2019 15:20:43	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Principios_norteadores_da_EPT_presentes_na_cultura_escolar_do_IFG_pen	01/11/2018 18:02:28	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658**Bairro:** SETOR OESTE**CEP:** 74.130-012**UF:** GO**Município:** GOIANIA**Telefone:** (62)3612-2237**E-mail:** cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.217.806

Investigador	dencias_cronograma.doc	01/11/2018 18:02:28	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	resposta_as_pendencias.docx	01/11/2018 17:52:47	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Principios_norteadores_na_EPT_presents_na_cultura_organizacional_do_IFG.doc	01/11/2018 16:07:25	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ASSINADO_CORRIGIDO.PDF	25/10/2018 14:13:33	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_assinada.pdf	14/09/2018 16:12:44	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ENTREVISTA_COM_SERVIDORES.docx	14/09/2018 16:11:37	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	14/09/2018 16:11:04	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Lattes_Marco_Antonio.pdf	14/09/2018 16:09:56	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
Outros	Lattes_Ana_Paula_Martins.pdf	14/09/2018 16:08:24	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ASSINADO.pdf	14/09/2018 16:07:19	ANA PAULA ARAUJO MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 23 de Março de 2019

Assinado por:
Simone Paixão Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-012

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

APÊNCIDES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SERVIDORES

Dados de Identificação

Código do informante: (P- Servidor Professor; Servidor Técnico Administrativo - TAE; G - Servidor Gestor).

Sigla de Identificação ou Cargo: _____ Idade: _____

Comente resumidamente um pouco sobre sua trajetória anterior ao ingresso no IFG e o que motivou sua vinda como profissional da educação do IFG Itumbiara.

Dados Relativos à formação:

Formação: Graduação () Curso?

Formação pós-graduada:

Participa de formação continuada, como cursos de aperfeiçoamento?

Tempo de atuação na área educacional?

Qual o seu percurso profissional?

Como foi a escolha da profissão?

Roteiro

- 1) Como você conheceu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?
- 2) Você tem alguma formação técnica?
- 3) Ao ingressar na Rede Federal, você recebeu algum tipo de formação continuada ou treinamento? (Caso não, descreva as especificidades do seu cargo/função atual, ou mesmo se tenha feito algum FIC relacionado às suas atribuições).
- 4) Na sua percepção, descreva seu entendimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica como área do ensino?
- 5) Na sua percepção, quais são os principais fundamentos que norteiam a EPT?
- 6) Em sua prática como profissional da educação, como visualiza sua aplicação prática ou mesmo oportunidades de sua realização?
- 7) Como você avalia a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?
- 8) Você conhece os documentos normativos e legais que regem o IFG Itumbiara e em que nível de profundidade?
- 9) Para você qual é a missão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?
- 10) Para você o que a formação técnica deve priorizar na formação de seus alunos?
- 11) Quais as competências profissionais e para a vida o aluno com a formação técnica deve levar no seu processo formativo?

- 12) A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem priorizado a formação técnica?
- 13) Considerando o assunto em pauta, gostaria de acrescentar algo mais?

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) servidor(a)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT, PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR:** Um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás, *campus* Itumbiara”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ANA PAULA ARAÚJO MARTINS por meio do telefone: (64) 9 8148-3496 ou pelo e-mail anapaulaaramar@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo email: cep@ifgoiano.edu.br.

1. **Justificativa, os objetivos e procedimentos**

A presente pesquisa é motivada pela necessidade de pesquisas na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, ela se justifica no sentido de avaliar se a cultura escolar caminha para uma proposta de formação unitária e integral de seus educandos, identificando a presença dos princípios norteadores da EPT na prática pedagógica e nas ações institucionais.

O objetivo desse projeto é investigar a presença dos princípios norteadores da EPT, existentes na Cultura Escolar dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFG – Campus Itumbiara.

Para a coleta de dados será aplicada uma entrevista semiestruturada visando verificar a presença desses princípios na cultura escolar da instituição pesquisada. A entrevista contará com um roteiro de perguntas básicas, de modo a permitir que sejam contempladas por outras questões que surjam no momento da entrevista.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Os riscos inerentes a você, participante da pesquisa, podem relacionar-se ao desconforto pela disposição do tempo para responder os questionários ou mesmo insegurança com relação a suas respostas.

Os benefícios oriundos de sua participação serão diretos e indiretos, pois estará contribuindo para a pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica e com objetivo de conhecer a cultura escolar em EPT, a identidade e os saberes dos pesquisadores em EPT, poderá contribuir para as práticas de trabalho.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Além do telefone e e-mail disponibilizados, caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado de forma individualizada e em ambiente particular, visando sua resolução.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EPT, PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR: Um estudo de caso do Instituto Federal de Goiás, *campus* Itumbiara”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

Cartilha da EPT

Autora:
Ana Paula Araujo Martins

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica, do
ProfEPT - Programa de Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica
Orientador: Marco Antônio Carvalho



Apresentação

Esta cartilha digital faz parte do Produto Educacional apresentado como requisito para a formação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. A ideia da cartilha surgiu durante a execução da pesquisa de mestrado e após a realização das análises das entrevistas e observações realizadas no campo institucional. Nesse contexto, as colocações feitas pela comunidade acadêmica em relação ao conhecimento dos documentos normativos que regem a Educação Profissional e Tecnológica – (EPT) e aos seus princípios estruturantes foram os precursores da elaboração deste material. Durante as entrevistas, os membros da comunidade expressaram dúvidas aos princípios norteadores da EPT, podendo nomeá-los, ora descrevê-los, e nesse sentido foi possível identificar uma dificuldade de relacioná-los, descrevê-los e colocá-los em prática no seu trabalho como docente ou servidor técnico administrativo.

Nesse sentido, o material apresentado tem o objetivo de identificar, nomear e explicitar os princípios norteadores da EPT presentes nos documentos institucionais e que regem a EPT no Brasil e no Instituto Federal de Goiás - (IFG). Acreditamos poder contribuir com a efetivação da Educação Profissional, na construção de um currículo integrado à educação básica e formação específica, que seja capaz de promover a real emancipação dos educandos. A cartilha está estruturada da seguinte forma, através da apresentação dos documentos legais que regem a EPT, explicitamos seus princípios norteadores do ponto de vista dos autores que referenciam, pesquisam e debatem a modalidade no contexto acadêmico, tanto na efetivação do currículo integrado, quanto nas políticas públicas para sua construção.

Dos documentos legais aos princípios norteadores da EPT



A Constituição Federal de 1988 traz em seu Capítulo III: “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, dos artigos 205 ao 214 que versam sobre a Educação.

Artigo 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Acesse o link:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, dedica seu Capítulo III à educação profissional:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo Único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo Único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

Importante: A LDB de 1996, segundo Moura (2007), traz a EPT como modalidade de ensino, não como parte da estrutura da educação regular brasileira. Tendo dois pontos emblemáticos, no seu artigo 36, que se refere ao ensino médio, estabelece que: “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” E no seu artigo 40, estabelece que: “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Para o autor, esta redação objetiva consolidar a separação entre o ensino médio e a educação profissional.

Nessa direção, a articulação entre o ensino médio e a educação profissional se torna ainda mais distante, com a promulgação do Decreto nº 2.208/1997, que separa o ensino médio da educação profissional. Com a validação desse documento legal o ensino médio retoma seu caráter de ensino propedêutico.



Educação Profissional e Tecnológica

Posteriormente esse capítulo o capítulo 39 da LDB foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica”, pela Lei nº 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 2008).

O trabalho é princípio educativo no ensino médio à medida que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, no sentido ontológico, é o princípio e organiza a base unitária do ensino médio. (SETEC, 2007)

Formação Integrada:

Integrar é tornar íntegro, inteiro, a ideia de formação completa, a formação integrada/ensino médio integrado é de tornar a educação geral inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a separação para o trabalho.

O conceito de trabalho como princípio educativo visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. De incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

(CIAVATTA, 2005, p.84)

A possibilidade da integração entre o ensino médio e a educação profissional são postas à tona através da promulgação do decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que prevê que uma das formas de “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: integrada. Esse documento é fundamental para o Ensino Médio Integrado, e seus princípios filosóficos. Podemos dizer que à partir de sua retomada a ideia de formação integrada de todos os outros documentos que regem e regulamentam a EPT irão nessa perspectiva trazer o princípio da integração. Não poderíamos deixar de mencionar que o referido decreto é instituído em meio a um cenário de importantes discussões em relação à reformulação do ensino médio.

Contudo, sabemos que não se muda a concepção da educação profissional apenas por decreto, a construção da proposta de formação integrada, só poderá ser efetiva através de discussões e análises sobre esta nova proposta de educação profissional e tecnológica. Assim, passamos a explicar seus princípios nos próximos tópicos.

O que reforça o Decreto nº 5.154/2004, no seu Art. 2º: a Educação Profissional e Técnica observará as seguintes premissas:

- I - Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.
- II - A centralidade do trabalho como princípio educativo e
- III - A indissociabilidade entre teoria e prática.

Marco Histórico

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é um marco histórico da EPT. As novas instituições contemplam a educação superior, básica e profissional, sendo pluricurriculares e multicampi.

Os Institutos Federais tem como finalidade e características, ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, além de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Ideia de Princípio da Integração, por Eliezer Pacheco, então secretário da SETEC/MEC, à época da criação dos Institutos Federais e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/institui_evolucao.pdf

[...] a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura em dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual (PACHECO, 2010, p. 11).

Os Institutos têm como objetivo, segundo sua lei de criação, em sua seção III – Dos Objetivos dos Institutos Federais, artigo 7º, ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Cursos Integrados:

Ramos (2005) esclarece que a concepção de ensino médio integrado está no sentido de integração, da formação omnilateral, indissociabilidade entre educação profissional e tecnológica, para esta autora devemos refletir sobre que tipo de sociedade visamos formar quando educamos, se buscamos uma sociedade que possa incluir e reconhecer a diversidade, que valorize os sujeitos e suas capacidades de produção da vida, que seja justa e integradora, devemos pensar num projeto de educação democrático, que traga a concepção de ensino médio democrático e de educação unitária, politécnica e omnilateral.

A concepção da escola unitária, segundo Ramos (2005) expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação que supere a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, onde todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.

Politecnicidade, segundo Ramos (2005), significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológico e histórico da produção moderna, de modo a orientar estudantes à realização de múltiplas escolhas.

Formação Omnilateral, segundo Ramos (2005) tem um sentido filosófico, que expressa a concepção de “Formação Humana”, implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social, o trabalho, a ciência e a cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, afirmadas na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, instituem os princípios da integralidade:

- Artigo 3º: que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida nas formas articuladas e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica, assim o documento reforça a possibilidade da integração.
- Artigo 4º: remete a articulação do Ensino Médio com suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.
- Artigo 5º: afirma que os cursos de Educação Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com bases nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê, “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.

Reforça o ensino médio integrado, priorizando sua oferta.

Outra alteração importante na LDB de 1996 que inclui o itinerário formativo para a EPT: **Lei nº 13.415/2017**, que introduziu alterações na nova LDB (Lei nº 9394/1996), incluindo o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambiente de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como a “possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade” (BRASIL, 2017).

No artigo 6º da Resolução nº 06/2012, são tratados os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:



- I-Relação e articulação entre formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II-Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III-Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV-Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V-Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI-Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII-Interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII-Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas (BRASIL, 2012).

Traz a ideia de trabalho como princípio educativo.

Trabalhando na perspectiva da formação integral, o Instituto Federal de Goiás - IFG traz em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), vigência de 2019-2023, que :

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais (GOIÁS, 2019, p. 13).

Assim, podemos observar que o princípio da formação integrada, se faz presente na formação (omnilateral) dos profissionais cidadãos, para que estejam capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho. Cabe ressaltar ainda que a ideia da formação omnilateral está presente nos documentos oficiais baseados nas legislações vigentes, como visto anteriormente. Em seus objetivos o PDI/IFG, contempla os princípios norteadores da EPT (Educação Profissional e Tecnológica), como se pode observar:

1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus;
2. oferecer, conforme as diretrizes institucionais estabelecidas, cursos subsequente (técnicos) que atendam à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições de educação públicas e com organizações da sociedade civil do mundo do trabalho;
3. ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadoras/es do campo, da cidade e dos povos e comunidades tradicionais, objetivando tanto a formação quanto a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
4. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas e culturais para as questões levantadas estendendo seus benefícios à comunidade e garantindo autonomia institucional naquilo que diz respeito aos processos de decisão de uso e de difusão dos conhecimentos produzidos;
5. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais;
6. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
7. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho;
 - b. cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professoras/es para a educação básica e para a educação profissional, ofertando, no mínimo, 20% de suas vagas por Câmpus, salvo os casos excepcionais analisados e aprovados pelos órgãos colegiados – Concâmpus e Conepex e autorizados pelo Consup;
 - c. cursos de bacharelado, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho e da sociedade e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica, sociocultural, de formação docente e de desenvolvimento humano;
8. estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos em todos os Câmpus;
9. efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades;
10. manter constante diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais por meio da institucionalização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, com o objetivo de formar pessoas aliadas às comunidades no desenvolvimento da ciência e da tecnologia em prol da emancipação social;
11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna.
12. incentivar a preservação do patrimônio sociocultural da região de influência de cada Câmpus bem como promover o respeito às manifestações culturais;
13. ofertar e facilitar a formação e capacitação contínua das/os servidoras/es;
14. consolidar o Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (CITe) na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, tendo em vista a integração da Instituição no Sistema Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, promovendo maior integração nos Câmpus;
15. gerir, organizar e fortalecer ações de parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, integrando as ações relacionadas à inovação e pesquisas tecnológicas, divulgando estas parcerias de forma a fomentar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão nos diversos Câmpus. (GOIÁS, 2019, p. 14-16).

O PDI/IFG reafirma a educação profissional e tecnológica como política pública, não apenas pela sua fonte de financiamento e manutenção, mas pela sua característica de compromisso social com toda a comunidade escolar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República: [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL, DOCUMENTO BASE- MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Nov(2007) disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em 05 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 12 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 20 de dezembro de 2008. Altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. DF: Presidência da República: [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm Acesso em 05 de jul. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. DF: Presidência da República: [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 05 de jul. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em 05 de jul. de 2019.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Goiânia, GO: 2019. Instituto Federal de Goiás. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf. Acesso em 05 de jul. 2019.

BRASIL. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: 20 de setembro de 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 mai. 2018.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho necessário, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em 01 mar. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e Tecnológica. Brasil:2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf . Acesso em: 05 jul 2019.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino médio integrado. Rio Grande do Norte, ago./2007. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.